



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA
FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

**Da Ausência do Olhar do Outro à Ausência do Limite Corporal:
sobre a fragmentação corpórea no autismo**

Natália Laporte Correia

Recife-PE
2016

NATÁLIA LAPORTE CORREIA

**Da Ausência do Olhar do Outro à Ausência do Limite Corporal:
sobre a fragmentação corpórea no autismo**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, composta pelas professoras Dra. Severina Silvia Ferreira e Dra. Maria de Fátima Vilar de Melo, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof^a Dra. Edilene Freire de Queiroz

Recife-PE
2016

NATÁLIA LAPORTE CORREIA

**Da Ausência do Olhar do Outro à Ausência do Limite Corporal:
sobre a fragmentação corpórea no autismo**

Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia da
Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

DATA DA APROVAÇÃO

____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Vilar Melo

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Edilene Freire de Queiroz

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Severina Silvia Ferreira

Instituição: Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a cada um dos meus familiares que, carinhosamente, contribuíram para que eu me tornasse quem sou hoje. Agradeço especialmente às minhas primas Ana Clara e Marina por me proporcionarem o sentimento de irmandade, mesmo sendo filha única, e ao meu tio Júnior pela presença amorosa e amiga, em todos os momentos.

Também gostaria de agradecer ao meu pai, especialmente, pelo ceticismo da inteligência. À minha avó “mere”, sobretudo, pelo amor e pela compreensão, sempre generosos e dóceis. E à minha mãe, pela força da vontade e todos os significantes a mim dedicados. A esses, o meu obrigada por toda paciência, toda dedicação e todo amor a mim devotados.

Ao meu companheiro, Vinicius, ofereço meu amor crescente e minha gratidão pela afabilidade e pelo companheirismo ao longo dos vários anos que compartilhamos uma vida juntos.

Ofereço às minhas amigas, Thaisi Bauer, Raynaia Uchôa, Milena Costa e Louise Walmsley, um agradecimento especial por todo o apoio que me foi bondosamente oferecido ao longo dos anos, assim como pela amizade sincera e pela oportunidade de caminharmos juntas.

Agradeço à Nanette Zmeri Frej (*in memoriam*) por servir-me de guia na jornada em direção ao contínuo aprimoramento de minha prática clínica. E à Edilene Freire de Queiroz pela orientação paciente e precisa, imprescindíveis para a minha caminhada acadêmica.

RESUMO

Da Ausência do Olhar do Outro à Ausência do Limite Corporal: sobre a fragmentação corpórea no autismo

O presente trabalho tem como propósito problematizar, com base na literatura psicanalítica de matriz lacaniana, a ausência do olhar do Outro como um dos fatores que dificultam a construção de uma imagem corporal unificada nos autistas. O olhar tem uma dimensão relacional, constituindo-se como um importante objeto para a concepção da totalidade corporal. Com efeito, na etapa inicial do desenvolvimento, o recém-nascido percebe o corpo como fragmentado. Não há sequer, da parte dele, o sentimento de integração orgânica e a percepção da distinção entre o interior e o exterior. Embora dependa também da maturação fisiológica, é a partir da relação com o adulto, o qual faz a maternagem, que pode se dar, para o pequeno ser, a aquisição do sentimento de unidade corporal. No entanto, no caso de crianças autistas, é comum a existência de uma intrincada comunicação entre o cuidador e o bebê, a qual aparece representada, sobretudo, no desencontro dos olhares. Para o entendimento desse fenômeno, a metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica na literatura psicanalítica. Nela, tomamos a teoria lacaniana do *Estádio do Espelho* e seus desdobramentos como base fundamental, articulando-os com os seguintes construtos metapsicológicos contemporâneos: as concepções psicanalíticas de olhar, da relação da mãe com o bebê, do autismo e do corpo. Para isso, serão utilizadas as produções textuais dos autores, que possuem como matriz a psicanálise de inspiração lacaniana, especialmente as da psicanalista Marie-Christine Laznik (1991, 2004).

Palavras chave: Estádio do espelho, Olhar, Relação mãe-bebê, Outro, Autismo.

ABSTRACT

Look Absence of the Other to the Body No Limit: about body fragmentation in autism

This paper aims to discuss, based on Lacanian psychoanalytic literature matrix, the absence of the gaze of the Other as one of the factors that hinder the construction of a unified body image in autistic. The look has a relational dimension, becoming an important object to the design of the entire body. Indeed, in the initial development stage, the infant perceives the body as fragmented. There is not, from him, the sense of organic integration and the perception of the distinction between the inside and the outside. Although it also depends on physiological maturity, it is from the relationship with the adult who does the mothering that can happen to the little being, acquiring the sense of bodily unity. However, in the case of autistic children, it is common to find an intricate communication between the caregiver and the baby, which appears represented, above all, the mismatch looks. To understand this phenomenon, the methodology adopted was a literature review in the psychoanalytic literature. In it, we take the Lacanian theory of the mirror Stadium and its development as a fundamental basis, linking them with the following contemporary metapsychological constructs: the psychoanalytic concepts of looking, the mother's relationship with the baby, autism and body. For this, textual productions of the authors will be used, which have as a matrix of Lacanian psychoanalysis inspiration, especially the psychoanalyst Marie-Christine Laznik (1991, 2004).

Keywords: Mirror stage, Look, Mother-baby relationship, Other, Autism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1 – ESQUEMA DO SUJEITO COMO EFEITO DO SIGNIFICANTE | 21 |
| FIGURA 2 - ESQUEMA DA CADEIA SIGNIFICANTE | 22 |
| FIGURA 3 - ESQUEMA DO BUQUÊ INVERTIDO | 50 |
| FIGURA 4 - MODIFICAÇÃO DO ESQUEMA DO BUQUÊ INVERTIDO PROPOSTA POR LAZNIK | 51 |
| FIGURA 5 - ESQUEMA DOS DOIS ESPELHOS..... | 53 |
| FIGURA 6 - SEGUNDO ESQUEMA ÓPTICO DE LACAN | 58 |
| FIGURA 7 - ESQUEMA ÓPTICO SIMPLIFICADO | 59 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E O AUTISMO | 14 |
| 1.1. A emergência do psiquismo e o conceito de Outro | 15 |
| 1.2. Autismos e psicoses: diferentes impasses na constituição do sujeito | 20 |
| 1.3. O autismo na psiquiatria e o papel da psicanálise na clínica com bebês: detecção e intervenção precoce | 28 |
| 2. A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NO ESPELHO LACANIANO | 37 |
| 2.1. Estádio do espelho: considerações históricas | 37 |
| 2.2. Quando olhamos não vemos: a constituição do corpo a partir da imagem especular | 40 |
| 3. OS SUJEITOS AUTISTAS E SEUS CORPOS | 57 |
| 3.1. O olhar do Outro e o reconhecimento primordial | 57 |
| 3.2. Quando o espelho não vem, UM corpo se faz? | 62 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| REFERÊNCIAS | 77 |

INTRODUÇÃO

Na literatura médica, segundo Cavalcanti & Rocha (2001), Bleuler foi um dos primeiros a fazer uso da terminologia autismo ao estabelecer uma relação direta entre ele e a esquizofrenia. A mudança no entendimento sustentado por tal perspectiva aconteceu somente em 1943, quando Leo Kanner o caracterizou como uma síndrome específica. Dentre os sinais descritos pelo autor, encontra-se o fato de o bebê não se aninhar no colo da mãe e de frequentemente recusar o contato visual e corporal com esta.

Além desses autores, outros teóricos tentaram explicar não só a sintomatologia, como também a origem do autismo. Desde então, a intrigante multiplicidade de fatores envolvidos na estruturação de tal psicopatologia faz com que ela seja objeto de várias áreas de conhecimento e apresente definições diversas. Elas são constantemente alteradas, diante dos resultados encontrados por novas pesquisas, as quais acabam revelando aspectos antes não contemplados.

As diferentes investigações, por sua vez, vêm produzindo resultados variados, a depender da formação do profissional. Se, de um lado, alguns estudos escolhem destacar o viés da organogênese, de outro, o foco se dá na psicogênese, seja em interlocução com o biológico, seja sem dar-lhe tanta ênfase.

Seguiremos, com Jerusalinsky (1984), a perspectiva de que, no caso do autismo, estamos diante uma quarta estrutura¹, distinta das inicialmente propostas pela teoria lacaniana, psicose, neurose e perversão. Por outro lado, conforme a décima edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o autismo é conceituado como uma disfunção neurológica de base orgânica. Ao se tratar de um manual confeccionado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a definição apresentada acaba sendo tomada como referência para boa parte das pesquisas desenvolvidas nessa área.

Sob esta ótica da organogênese, pesquisas vêm sendo desenvolvidas por profissionais de várias áreas, sobretudo, psiquiatras e médicos geneticistas. Como resultado destes estudos, observou-se que disfunções químicas e neurológicas inespecíficas são frequentemente encontradas em pessoas autistas, ou seja, há um número significativo de casos aonde a referida patologia aparece associada a outras síndromes de origem orgânica².

¹ A respeito disso falaremos ao longo do primeiro capítulo.

² Na literatura médica há relações de co-morbidade do autismo com a fenilcetonúria, o transtorno de Rhatt, a síndrome do X- Frágil e a Down. Apenas para citar algumas.

A respeito disso, Jerusalinsky (2012) apresenta a conclusão da pesquisa perpetrada pela Dra. M. Zilbovicius, que observou 23 casos de autismo de pobreza anatomo-funcional no Sulco Temporal Superior (funções lingüísticas e de reconhecimento dos traços do semelhante):

[...] a frequência com que se constituem estruturas autistas em crianças com problemas específicos de linguagem (com transtornos neurológicos ou sensoriais que afetam a função lingüística) é muito maior do que acontece na população que não sofre essas afecções, sendo que esses autistas (seja que se trate de autismos secundários a uma disfasia, a um retardo anártrico, a um retardo afásico, ou a uma grave deficiência auditiva) apresentam características e evolução diferente daqueles que, por exemplo, apresentam um autismo secundário a uma Síndrome de West, a uma hipercalemia idiopática, ou a um quadro de micro lesões cerebrais causadas por anoxia perinatal, ou também os secundários à Síndrome de Angelman, ou Landau-Kleffner, ou Rett. Também se registra que as crianças com cegueira congênita ou muito precoce (por exemplo a cegueira provocada por fibromatose derivada de falhas na dosagem de oxigênio na incubadora – déficit específico que deixa intacto todo o sistema nervoso central com exceção dessa via sensorial) apresentam uma propensão a desenvolver autismo muito maior que na população que não padece essa carência sensorial (p.105).

Ao mesmo tempo, ainda segundo o autor, já foram encontradas mais de duzentas variantes genéticas, as quais apontam fatores de risco para o desenvolvimento da síndrome autística. Uma delas é o aumento da frequência do aparecimento do autismo entre irmãos de pessoas com esta patologia, na comparação àqueles da população em geral.

Apesar da frequente existência de tais fatores de suscetibilidade nas crianças que vieram a se tornar autistas, nenhum deles é suficiente para o estabelecimento de um diagnóstico precoce. A reiterada presença de determinados marcadores genéticos aponta para uma inespecífica etiologia, pois tanto aparecem em proporção significativa nas crianças tidas como normais, como surgem em uma frequência aquém do que deveriam para sustentar uma única origem etiológica.

Nesse sentido, Jerusalinsky (2012) observa que:

Recentes pesquisas (veja-se a revista *Nature*, com data de 11 de abril de 2012) realizadas na Universidade de Yale e no Hospital de Massachussets revelaram que em respectivas populações de autistas de aproximadamente 240 em cada instituição encontraram mutações em três genes em combinações variáveis e na totalidade dos casos, mas, segundo os mesmos pesquisadores, não seria legítimo afirmar a condição causal desses achados porque em amostra constituída por população normal num número significativo de indivíduos apareceram também essas mutações, sendo que elas não estão associadas, nesses casos, a manifestações nem a características autísticas (p.105-106).

Com efeito, sustentamos a não redução do sujeito a categorias nosológicas, independentemente das patologias apresentadas. Assim como, assumimos uma perspectiva semelhante a psicanalistas como Jerusalinsky (1993, 2012) e Laznik (2004), os quais

consideram as singularidades de cada caso de autismo, porém sem desconsiderar as disfunções neurológicas e constitutivas possivelmente associadas ao aparecimento deste.

Pensamos que o surgimento de uma psicopatologia grave, como o autismo, não deva ser reduzido a uma intercorrência de um déficit no desenvolvimento cognitivo ou na constituição genética. Por isso, o modo como o assunto será abordado partirá do entendimento de que se trata de uma questão multifatorial, na qual os fatores ambientais também possuem uma parcela de responsabilidade na estruturação *somato-psíquica*, agindo sobre a maturação do organismo.

A própria importância dos contatos maternos se encontra articulada à prematuridade psíquica e orgânica em que se encontra o recém-nascido ao chegar no mundo. No início do desenvolvimento psíquico, o organismo encontra-se em um estado de fragmentação total, não havendo a noção da distinção entre o dentro e o fora para o bebê.

Na teoria do *Estádio³ do Espelho*, Lacan (1946/1998) nos fala que a possibilidade de formar o primeiro esboço de subjetividade decorre da relação especular estabelecida entre o bebê e a mãe ou substituto. A respeito disso, Ogilvie (1991) ressalta que:

O espelho, isto é, este momento da primeira relação consigo mesmo que é irremediavelmente, e para sempre, uma relação com o outro, só representa uma fase privilegiada na medida em que tem um valor exemplar para toda a sequência de um desenvolvimento; não é um estágio destinado a ser superado, mas uma configuração insuperável (p.112).

Antes dessa etapa do desenvolvimento, que se situa comumente entre os seis e dezoito meses, o recém-nascido não consegue nem diferenciar as partes do todo nem perceber o próprio corpo de modo integrado. De acordo com a teoria lacaniana, ainda que o bebê tenha um corpo real unificado, aparentemente, para que se instale, subjetivamente, o sentimento de um corpo próprio e integrado, é necessária a entrada no estágio do espelho. No momento em que o bebê percebe uma imagem no espelho, a presença do adulto a carregá-lo nos braços é “fundamental”, para que ele possa se reconhecer em tal representação, pois o infante não vê a si mesmo de modo completo, a não ser pela imagem refletida no espelho.

É preciso que haja um reconhecimento proveniente do Outro⁴, pois “a criança só se reconhece em sua própria imagem na medida em que presente que o outro já a identifica como

³ O uso do termo estágio buscou indicar que se trata de um momento lógico da constituição do sujeito.

⁴ No momento de estruturação subjetiva ao qual nos deteremos majoritariamente ao longo desta dissertação – o estágio do espelho – o Outro tanto é apresentado, metaforicamente, por meio do espelho, enquanto olhar, como quanto uma personificação de quem exerce a função materna para o bebê. Esta é exercida pelo outro, semelhante encarnado, que assume os cuidados necessários ao desenvolvimento físico e psíquico do sujeito.

tal. Ela recebe, assim, do olhar do outro o assentimento de que a imagem que percebe é realmente a sua”, esclarece-nos Dör (2003, p.122).

Além disso, como decorrência dessa troca de olhares com o Outro e da identificação com a imagem especular, ocorre no *infans* um reconhecimento jubilatório. A imagem na qual o sujeito se reconhece lhe produz júbilo ao significar a possibilidade da aquisição do cuidado, do domínio e da liberdade motora que lhe faltam.

Por meio de uma identificação gradativa com a imagem projetada pelo agente materno, o infante começa a perceber o corpo como uma *gestalt*, um todo. Devido a esse reconhecimento de um si mesmo pelo outro, o desenvolvimento psicomotor avança em uma fase aonde a maturação encontra-se em processo.

Em outras palavras, a fim de conseguir juntar os pedaços de um corpo, que até dado momento nem é percebido como próprio, o recém-nascido emaranhar-se-á na dependência de que ocorra a formação da imagem especular. E é por meio da relação estabelecida com o Outro que a *imago* e a identificação com ela vão se estabelecer.

É a partir daí que pode se fazer presente, para o bebê, não só a própria existência, mas a do semelhante e do mundo que o rodeia. Aspecto que assinala a fundamental importância do laço estabelecido com um pequeno outro – a mãe ou substituto – que exerce a função materna para o bebê.

Ao assumirmos tal compreensão epistêmica, os aspectos orgânicos não serão desconsiderados. Escolhemos, no entanto, não adentrar na questão da gênese do autismo e assumirmos as compreensões da psicanalista Marie-Christine Laznik (1991, 2004) como pressupostos centrais.

Segundo a referida autora, no autismo, haveria uma falha no modo como a presença original do Outro é sentida pelo bebê, dificultando a formação de uma imagem especular na qual o sujeito poderia se reconhecer. Ao mesmo tempo, “o não-olhar entre a mãe e a criança, assim como o fato da mãe não se dar conta disso, constitui um dos sinais primordiais que permitem pensar na hipótese de um autismo nos primeiros meses de vida” (LAZNIK, 2004, p.38).

Ao corroborarmos com tais hipóteses, buscaremos realizar um aprofundamento sobre os possíveis efeitos da ausência do olhar do Outro para o não estabelecimento de uma imagem unificada no autismo. Ainda que o estudo de outros registros pulsionais seja importante para entender a formação da subjetividade, escolhemos nos deter na especularidade, pois sustentamos uma perspectiva na qual o olhar é imprescindível à formação da imagem especular, base “funda-mental” para o sentimento da existência de UM corpo.

Por partirmos do pressuposto de que não se poderia dar conta do amplo número de perspectivas existentes sobre o assunto, fizemos a escolha de uma matriz para o aprofundamento do mesmo. As reflexões que se apresentarão possuem uma fundamentação psicanalítica, especialmente na vertente lacaniana. Com efeito, situar-se-ão o corpo e o olhar na metapsicologia lacaniana, articulando-os com os seguintes construtos contemporâneos: as concepções psicanalíticas de olhar, da relação da mãe com o bebê, do autismo e do corpo.

Nesse sentido, discorreremos a respeito da imagem corporal, dissociando-a de uma construção unicamente decorrente da maturação fisiológica, a partir de um levantamento que será feito nos *Escritos* (1946/1948) e nos seminários de Lacan ([1953-1954], [1954-1955], [1962-63], 1964). Buscaremos com isso realizar uma sistematização do conceito de imagem corporal elaborado em diversos momentos do ensino lacaniano.

Para o estudo da esquizoide entre o olho e o olhar, bem como dos aspectos relacionais e subjetivos envolvidos nestes, apoiar-nos-emos nos seminários lacanianos referidos, buscando estabelecer uma relação dialógica entre a perspectiva sustentada ao longo daqueles e a decorrente da literatura contemporânea produzida por Assoun (1999), Fernandes (2000), Queiroz (2007) e Quinet (2004), etc.

Acreditamos que as produções de tais autores contribuirão para a análise da problemática da fragmentação corporal no autismo, na medida em que estes apresentam uma articulação entre perspectivas fisiológicas, filosóficas e psicanalíticas. Aspecto fundamental para ampliar a compreensão de uma questão, a qual envolve diversos fatores.

A respeito da relação entre o agente materno e o infante, do autismo e de sua detecção precoce, bem como da formação da imagem corporal, tomaremos como base o corpo teórico sustentado pela psicanalista brasileira Marie-Christine Laznik (1991, 2004) e por Graciela Crespín (2004). Dentre as diversas produções delas, deter-nos-emos, preponderantemente, nas seguintes, “A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito” e “A clínica precoce: o nascimento do humano”, respectivamente.

A escolha das referidas autoras encontra-se fundamentada nos inúmeros e significativos estudos que vêm sendo desenvolvidos por elas sobre aspectos relevantes para esta pesquisa, a saber: a estruturação da relação da mãe com o bebê e os impasses que podem ocorrer na constituição subjetiva dele. Ao mesmo tempo, tal escolha deveu-se ao fato de que, na contemporaneidade, elas são exponentes representantes do movimento psicanalítico dedicado à primeira infância e ao autismo.

As perspectivas sustentadas por Laznik e Crespín confluem de modo epistêmico entre si e nos ajudarão a refletir sobre as hipóteses desta pesquisa. Por isso, servirão como referências

principais para as análises empreendidas e para o entendimento da questão central a qual este trabalho propõe-se a investigar, ou seja, a ponte entre o “não-olhar” do Outro e a fragmentação corporal no autismo.

O desejo de investigar sobre um dos sinais de sofrimento comum ao autismo decorreu, principalmente, da inserção da pesquisadora na pesquisa PREAUT Brasil (eixo Recife-PE). Iniciada em 1999 na França, esta visa determinar, a partir de instrumentos específicos (questionário PREAUT, QDC e CHAT), a existência de perturbações precoces da interação e da comunicação entre os bebês e seus cuidadores, as quais possam evoluir para transtornos graves do desenvolvimento, como o autismo.

De acordo com os resultados parciais decorrentes dos estudos já concluídos na França, tem-se constatado que a ausência da troca de olhares entre a mãe e o bebê é um importante sinal na detecção precoce do autismo. Nesse sentido, “a ausência do olhar constitui o sinal patognomônico das patologias autísticas” (CRESPIN, p.34, 2004), diferenciando estas de outros impasses subjetivos.

Tomaremos essa premissa como fundamental para discutir a questão da fragmentação corporal no autismo. Ao mesmo tempo, para realizarmos o desdobramento teórico dessa problemática, adotaremos como organização de trabalho uma divisão em três capítulos. No primeiro deles, situaremos, com a matriz lacaniana, a relação da mãe com o bebê, a constituição do sujeito, o autismo e sua detecção precoce.

Na etapa seguinte, caracterizaremos a visão de acordo com a perspectiva filosófica e como o ver é distinto do olhar para a psicanálise. Além disso, conceituaremos o modo como ocorre a formação da representação corpórea, buscando no conceito de Estádio do Espelho as bases para o entendimento dessa questão.

Com vistas a elucidar o modo como tal processo psíquico se dá, três versões do esquema óptico foram utilizadas, duas delas nos primeiros capítulos. A versão final do experimento consta na última parte da dissertação e apresenta uma ampliação do entendimento pregresso da teoria lacaniana a respeito do olhar do Outro. Por fim, neste mesmo capítulo, seguimos com as produções de orientação lacaniana e apresentamos algumas das hipóteses existentes sobre os possíveis efeitos do “não-olhar” do Outro na constituição da unidade corporal pelas crianças autistas.

1. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E O AUTISMO

Para além de uma síndrome sem etiologia identificável, o estabelecimento do autismo envolve uma multiplicidade de fatores. Constitui-se também como uma forma particular de estruturação do psiquismo. Apesar das semelhanças sintomatológicas comumente apresentadas pelas crianças com a referida psicopatologia, estas não são todas autistas da mesma forma. É por isso que talvez faça mais sentido dizermos que, na realidade, há autismos.

Para a psicanálise, há aspectos singulares existentes em cada sujeito, independentemente dos déficits cognitivos ou impasses constitucionais apresentados. Sem desconsiderá-los como relevantes ao tratamento das pessoas autistas, a releitura contemporânea da teoria criada por Lacan aponta tanto para a notória importância das relações primordiais estabelecidas pelo bebezinho com o casal parental, como para a identificação de sinais precoces de sofrimento. Ao mesmo tempo, é preciso saber como diferenciar o risco de autismo de outros entraves no desenvolvimento, pois disto dependerá a direção e a eficácia do tratamento.

Ao corroborarmos com este entendimento, abordaremos neste capítulo o que a matriz lacaniana compreende como sujeito, a partir das operações de alienação e de separação do Outro. Assim como, a distinção dos mecanismos subjetivos existentes no autismo e na psicose para situarmos do que se trata a detecção precoce.

Na revisão bibliográfica realizada na literatura existente, observou-se que, mesmo na psicanálise, há divergências teóricas e, por conseguinte, práticas a respeito do autismo. De um lado, há autores que consideram a este uma fase normal do desenvolvimento. De outro, há aqueles que irão tentar justificar a impossibilidade de distinção com a psicose ou da necessidade de defini-lo como uma nova estrutura.

Na realidade, é de pouco tempo para cá que alguns psicanalistas têm se questionado sobre a pertinência da aproximação do autismo com a psicose. A proposta de uma distinção entre elas vem trazendo ao campo psicanalítico a necessidade de repensar a existência de uma estrutura além das propostas por Lacan: neurose, psicose e perversão.

Acreditamos que a reformulação compreende uma mudança pautada nas novas descobertas, oriundas da prática clínica. Tal como ocorria à época de Freud, as teorias vêm se modificando à medida que os psicanalistas se defrontam com diferentes casos, suscitadores de novas compreensões para os conceitos formulados anteriormente.

Feita a devida ressalva, prosseguiremos sem adentrar no acalorado debate proposto por cada um dos autores. Deter-nos-emos nas produções dos psicanalistas, tais como Jerusalinsky

(1984) e Laznik (2004), pois corroboramos com as perspectivas sustentadas por eles, a da existência de dois modos distintos de estruturação subjetiva, o autismo e a psicose, os quais não devem ser compreendidos apenas como faces diferentes de uma mesma moeda.

1.1. A emergência do psiquismo e o conceito de Outro

Ao contrário de boa parcela das espécies animais, o filhote humano chega ao mundo imerso em uma profunda prematuridade. Ele não possui a capacidade de se locomover ou de sobreviver sozinho. A maturação orgânica percorrerá ainda um longo processo. Trará como uma das principais conquistas a estruturação de complexas redes neuronais. A partir da formação delas, ocorrerá um salto significativo no funcionamento cognitivo e na integração das funções corporais.

Em simultâneo, o desenvolvimento psíquico encontra-se em andamento. Ele será influenciado pela interação dos fatores oriundos do meio externo e interno ao ser. Dependerá tanto da maneira como se organizarão as relações com o ambiente social, como da forma pela qual o sujeito lidará com as múltiplas sensações provenientes do corpo.

As pressões do meio e as urgências corporais atingirão a cada ser de forma única. Mesmo quando se trata de bebês, cada um deles apresentará características marcadamente singulares. Uns terão determinado ritmo de sono e de vigília, mantendo-se acordados por curtos ou longos períodos de tempo. Outros requisitarão com frequência a presença dos cuidadores ou lidarão de forma tranquila com suas ausências. Um bebê, portanto, se constitui aos poucos, e não todos da mesma maneira.

Apesar do modo particular como se organizará o desenvolvimento de cada um, acreditamos na existência de aspectos comuns a determinadas etapas da subjetivação. Fatores que são, sob a ótica lacaniana, universais. Dentre eles, é comum aos recém-nascidos a ausência de uma diferenciação das partes e do todo. Em um primeiro momento, eles não sentem sequer uma separação do meio.

Com efeito, o infante acha-se imerso em uma impotência psicológica e motora. Depara-se com uma avalanche de sensações sobre as quais sente ser difícil exercer qualquer controle. Elas marcam o corpo dele à revelia. A consciência do que é fome ou frio, por exemplo, inexistente. Tampouco alguma conceituação ou atribuição de sentido é possível. Há apenas a necessidade da cessação do mal estar experimentado.

O bebê depende fundamentalmente de um adulto disposto a prover a satisfação das necessidades existentes. Apesar de ser importante dar conta das necessidades físicas da criança

ou mesmo frustrá-las, isso não se constitui como único aspecto necessário ao processo de existência e de humanização. De acordo com a teoria lacaniana, isso também depende da estruturação do sujeito⁵, algo que não está assegurado com o nascimento.

A constituição do sujeito como ser de desejo não pode ser auto engendrada. Dependerá da cuidadosa e afetuosa interação com o agente materno. Das trocas realizadas com este decorrerá, ainda, a inserção na cultura. Antes disso, o bebê seria como um sujeito em potência, imerso no universo simbólico dos pais, tanto no âmbito individual, quanto no cultural, em um momento no qual nem consegue apropriar-se desse.

O infante, portanto, desconhece os padrões da língua compartilhada e “pouco” fala. Isso, todavia, não significa que ele é pouco falado. Na realidade, desde antes do próprio nascimento, ele participa do discurso, uma vez que há toda uma ideação parental sobre a criança. Um nome é escolhido, expectativas são criadas e um lugar lhe é conferido, dentro de uma linhagem sócio familiar.

Além disso, para Lacan (1954-55/1985):

As falas fundadoras que envolvem o sujeito são tudo aquilo que o constitui, os pais, os vizinhos, a estrutura inteira da comunidade, e que não só o constituiu como símbolo, mas o constituiu em seu ser. São leis de nomenclatura que determinam – pelo menos até um certo ponto – e canalizam as alianças a partir das quais os seres humanos copulam entre si e acabam criando, não apenas outros símbolos, mas também seres reais, que, ao virem ao mundo, têm imediatamente esta pequena etiqueta que é o sobrenome, símbolo essencial no que diz respeito a seu quinhão (p.31).

Ao mesmo tempo, o ser encontra-se mergulhado em um mundo de mensagens a ele direcionadas, e sem ter a compreensão do código possível de decifrá-las. É o adulto a exercer a maternagem que será, para o infante, o tradutor de uma linguagem ainda sem sentido. Para os enunciados serem compreendidos, é “[...] necessário que a mãe estabeleça uma série de pontes de atividades significantes que traduzem seu discurso num idioma que se aproxima das condições de insuficiência constitucional do filhote humano”, afirma Jerusalinsky (1984, p.37).

A partir do discurso sustentado nas palavras e nos atos efetivados pela mãe, o bebê vai tendo significados atribuídos a seus movimentos, vocalizações e balbucios. Sem a presença do agente materno, os choros e gritos emitidos não passariam de sons sem qualquer sentido. Para que eles se tornem apelos, demandas endereçadas a alguém, precisam ser vistos como sinais de comunicação. Trata-se da suposição de um sujeito falante, detentor de desejo, a advir. E é isso o que torna indispensável a existência da relação com o cuidador.

⁵ A conceituação lacaniana de sujeito será apresentada ao final deste mesmo subtópico.

De acordo com Crespín (2004, p. 21), “para designar esse outro inevitável da relação primordial, Freud empregou o termo alemão *nebensmensch*, que também se traduz em francês por: *próximo prestativo*”. Esse outro primordial nem representa apenas o semelhante enquanto tal nem, necessariamente, a mãe biológica, embora, na maioria das vezes, seja ela a exercer a maternagem. O aspecto que deve ser imprescindível ao(s) adulto(s) dedicado(s) aos cuidados do infante é a existência do desejo e do investimento libidinal destinados ao recém-nascido.

Por isso, o outro não poderia ser qualquer um. Necessita ser aquele que, na relação com o bebê, possui o lugar de Outro⁶ Primordial. Na teoria lacaniana, segundo Laznik-Penot (apud FERNANDES, 2000, p.63), o Outro Primordial, “aquele que é frequentemente encarnado pelo paciente, ou seja, a mãe, tinha um duplo papel a desempenhar. Ele era certamente o outro da relação dual e ao mesmo tempo o Outro, lugar do tesouro dos significantes⁷”

Assim, com estatuto de real⁸, o lugar de Outro será assumido por um pequeno outro: a mãe (ou seu substituto). Este representará, para o filho, o Outro, sendo não apenas o mediador da linguagem enquanto código, mas também, de um discurso a lhe atribuir um lugar a ocupar, responsável por localizá-lo subjetiva e socialmente.

Nesse sentido, Crespín (2004) ressalta que:

[...] na qualidade de interlocutor da relação primordial, ela [a mãe] transmite ao bebê de quem cuida uma gama de particularidades do Outro [sistema simbólico, cultural] que a determina, porém revisadas e corrigidas [...] pelo prisma da subjetividade pessoal, ou seja, o que [...] sua história singular tenha inscrito nela (p.23).

Embora numa primeira etapa do processo da subjetivação o outro, semelhante encarnado, possa representar o Outro, tais dimensões não se confundem. Apesar de existirem compreensões diversas ao longo dos seminários lacanianos, o Outro é, segundo Quinet (2012, p.21), frequentemente associado à instância “[...] de onde vêm as determinações simbólicas da

⁶ A definição do Outro na teoria lacaniana será abordada nos parágrafos seguintes.

⁷ De acordo com Dör (2003), a definição lacaniana de significante teve como base a teoria de Ferdinand Saussure. Esse representara por S/s a noção de signo linguístico, na qual o Significante se refere a uma imagem acústica, a uma representação das palavras, que está relacionada a um significado. Para Kaufmann (1996, p.472), ao analisar “as operações metáforo-metônímicas em ação na linguagem e a abordagem clínica das psicoses”, Lacan deu, no entanto, um salto teórico ao ressaltar, diferentemente da perspectiva de Saussure, a preponderância e a autonomia do Significante em relação ao significado. Para a teoria lacaniana, ao contrário do que propunha Saussure, o que importa não é o significado do significante como um “conceito delimitável no interior do campo linguístico propriamente dito” (KAUFMANN, 1996, p.472), e sim a relação singular do significante com o desejo.

⁸ De acordo com o ensino lacaniano, existem três registros de experiências subjetivas: o real, o simbólico e o imaginário. O primeiro pode ser descrito como a instância dos conteúdos impossíveis de serem simbolizados e que não cessam de retornar, porém, sem se inscrever. Fernandes (2000, p.100) os define, ainda, por “aquilo que é expulso da realidade pela intervenção do simbólico”. Este é constituído pela linguagem e, ao ser apropriado, possibilita a formação da cadeia significante. Tal registro é visto, ainda, como imprescindível para a fundação do Imaginário. Este possui as bases da própria fundação sustentadas por imagens construídas na relação especular com o Outro.

história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido”.

No momento de estruturação subjetiva ao qual nos deteremos majoritariamente ao longo desta dissertação – o estágio do espelho – o Outro assumirá, preponderantemente, a personificação de quem exerce a função materna para o bebê. Nesse sentido, seja esse papel assumido pela mãe ou por um substituto, é ele que garante ao lactente tanto a possibilidade de sobreviver fisicamente, quanto a de formar o primeiro esboço de subjetividade.

É a partir da relação entre eles que se dará a satisfação das pulsões. Estas se encontram localizadas no limite entre o corporal e o psíquico. Apoiam-se nas fontes somáticas com vistas a alcançarem seus alvos, mas não se restringem a elas com vistas a atingirem seus objetivos. Dependem, sobretudo, das trocas feitas pelo bebê com o Outro.

Assim, além do potencial inato do recém-nascido à maturação, é a partir do laço com o outro que o processo de humanização pode se dar. É a ponte a transportá-lo de um mundo sem sentido e de puro funcionamento biológico ao dinamismo de um psiquismo repleto de desejos próprios.

Para que tal enlaçamento social se estabeleça, é preciso a instalação de uma dupla vertente do laço: a paterna e a materna. A constituição desta ocorre na medida em que a mulher torna-se também mãe. Longe de ser uma construção inata, a saída do lugar de filha e a assunção ao de agente materno traz, em si, aspectos complexos em diversos níveis.

A construção da parentalidade⁹ é um processo. Ser genitora não consiste fator suficiente para o preenchimento de todas as condições de ser mãe. Isso é algo que se constrói ao longo da vida. Depende de aspectos inconscientes, previamente construídos, sobretudo, entre esse sujeito, hoje agente materno, e aquele que foi o seu cuidador primordial, o seu Outro.

Durante as trocas relativas às primeiras interações com o filho, ainda que alguns aspectos do “tornar-se-mãe” sejam conscientes, há vários outros os quais passam por uma lógica do desejo. O modo como será exercida a maternagem no presente está, portanto, para além da consciência, encontrando-se ligado, ainda, à transmissão transgeracional e intergeracional.

A respeito disso, Crespín (2004) diz:

E o que uma mãe transmite a seu recém-nascido, sem saber, quando cuida dele? Essencialmente que ela [...] deseja satisfazer o que ele manifesta como necessidades, e isso, da mesma maneira como fizeram com ela. Os registros primitivíssimos e inconscientes da maneira como o Outro cuidou dela quando ela própria era bebê serão, em grande parte, os registros aos quais uma mulher fará apelo ao cuidar de seu bebê.

⁹ O termo parentalidade surgiu em 1961 com o psicanalista francês Paul Racamier. Ele refere-se ao estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos, a partir de um trabalho que põe em evidência a complexidade do fenômeno ao invés de uma pedagogia parental.

Ninguém pode se lembrar, no plano consciente, como foi carregado, acarinhado, ninado, mas isso não impede que sejam esses os registros que se reativam quando tomamos um bebê nos braços. E isso é verdade, seja ou não nosso próprio filho, é num movimento identificatório que cuidamos dele (p.23-24).

A função materna põe-se em andamento quando a genitora consegue perceber no recém-nascido aspectos de similitude com ela. Estes são atos de pura projeção dela e que, atestados pela família, possibilitam o reconhecimento primordial do bebezinho como seu filho, fornecendo-lhe um lugar em seu desejo. Somente assim a mãe atuará na vertente materna. Ao fazê-lo, tomará o filho como parte de si, estabelecendo com ele uma dupla dependência. Constituir-se-á, de tal modo, uma etapa do processo de subjetivação conhecida como alienação¹⁰.

Na operação de alienação, podemos observar duas cenas montadas de forma interdependente. De um lado, o agente materno atribui ao bebê, de modo projetivo, pensamentos, sentimentos e falas. De outro, o infante estabelece uma relação de completude com o cuidador primordial, visto como a separação entre si mesmo e o Outro é experimentada como inexistente.

A noção de alteridade não se encontra pronta para a criancinha desde o início. Aspecto que, relembra Fernandes (2000), pode ser observado nas atitudes apresentadas pelas crianças até os dois anos de idade. Ao verem outra criança se machucar ou chorar, por exemplo, elas costumam agir como se tal situação tivesse acontecido com elas, em seu próprio corpo.

Frente ao desamparo inicial em que se encontra, a fusão existente nesse momento, ainda que ilusória, é essencial à saúde mental do ser em desenvolvimento. Proporcionada pela existência do desejo do Outro em relação ao bebê, a instalação da alienação permitirá a constituição desse enquanto sujeito.

O agente materno direciona toda uma multiplicidade de significantes, investidos por meio da presença física e afetiva, capazes de fornecer um suporte ambiental vital. Ocorre, a partir daí, não apenas a construção de uma maneira singular de relacionar-se com o mundo, mas a própria estruturação da realidade e de um primeiro si mesmo, uma base para a personalidade.

A mãe realiza também a alternância entre as ocasiões aonde se faz presente e aquelas nas quais se ausenta. Possui, frequentemente, interesses variados e dedica o tempo dela com afazeres além dos cuidados com a criança. Seja por precisar trabalhar e garantir o sustento, seja

¹⁰ A partir do Seminário 11, Lacan passou a fazer uso dos termos alienação e separação a fim de elucidar a respeito do processo de formação do sujeito.

por querer um tempo para si, por exemplo, ela não pode (e nem deve) atender aos desejos do filho de maneira absoluta.

Com efeito, o cuidador primordial começa a reconhecer as diferenças existentes em relação ao filho. Percebe que não sabe tudo a respeito dele. Trata-se do estabelecimento da segunda vertente do laço. Quando, quem exerce a função materna, consegue se ausentar, no sentido de desviar seu olhar, sua atenção, e propicia à criança supor a existência de um terceiro, o que colocará em andamento os efeitos da função paterna. O lugar de terceiro pode ser assumido pelo pai de carne e osso, pela mãe ou, ainda, por outra pessoa para quem essa enderece seu desejo.

A mãe pode atuar na vertente paterna, realizando um movimento de alternância com a maternagem, pois essas são funções complementares. É sobre isso que Crespín (2004) nos fala na obra intitulada *A Clínica Precoce: o nascimento do humano* ao trazer o exemplo de uma situação de troca alimentar. A autora afirma que a mãe estaria atuando na vertente materna ao projetar no bebê os desejos semelhantes aos dela, no caso, o de ser alimentado por ela. Por outro lado, estaria posicionada na vertente paterna ao reconhecer e respeitar sinais provenientes do filho, tal como a negação de continuar a ser alimentado.

Com efeito, segundo Jerusalinsky (apud SANTORO, 2008):

Tanto se a mãe exerce um saber pleno com o bebê – deixando de fora a condição enigmática no laço com este – quanto se a mãe não chega nem sequer a estabelecer um reconhecimento de um enigma que a implica e que torna carne, se ‘corporifica’, no seu bebê, ficam em risco as condições de instauração de um sujeito (p.111).

Abordaremos novamente a respeito disto no próximo item, ocasião em que situaremos a definição do sujeito como efeito dos significantes provenientes do campo do Outro, do registro simbólico, da linguagem. Assim como, realizaremos um aprofundamento teórico nas operações de alienação e de separação, a partir dos impasses existentes no processo de subjetivação das pessoas autistas e psicóticas.

1.2. Autismos e psicoses¹¹: diferentes impasses na constituição do sujeito

É de comum acordo aos cientistas, de diversas áreas do saber, o entendimento sobre a presença de uma dificuldade das pessoas autistas com a linguagem. Se ela é proveniente de uma

¹¹ Embora o DSM tenha deixado de considerar a psicose infantil como uma categoria nosológica específica, para os psicanalistas ela continua sendo um referencial quanto à forma de estruturação do sujeito.

disfunção genética ou se é o agente catalisador do aparecimento da psicopatologia, é algo para o qual inexitem respostas conclusivas.

De toda forma, para a teoria lacaniana, o sujeito autista, tal como qualquer ser humano, nasce inserido na dimensão simbólica. E isso tem uma notória importância, a saber, o fato de a estrutura linguística, o sistema simbólico, intermediada (o) pelo Outro, ter efeitos na constituição do sujeito e nos seus impasses.

Interessa-nos destacar a esse respeito o fato de que, para Lacan (1962-63/2005, p.59), “o sujeito que fala, se funda e determina em um efeito do significante¹²”. O sujeito (\$) é concebido como aquilo que um significante (S) representa para outro significante (S’), como podemos observar na seguinte representação:

$$\frac{S}{\$} \rightarrow S'$$

Figura 1 – esquema do sujeito como efeito do significante

Nesse sentido, o sujeito deve ser compreendido como o que se produz no intervalo entre o significante Um (S1), proveniente do campo do Outro, tesouro dos significantes, e um segundo significante (S2), articulados por meio de uma cadeia. Ela somente apresentará qualquer efeito de significação quando lida retroativamente, pois suas unidades, em si mesmas, nada expressam.

Frente a uma precariedade concreta, o encadeamento de significantes é inaugurado a partir da identificação do ser com o S1, que colocará em funcionamento o inconsciente estruturado como linguagem. No momento em que isso se dá, a primeira operação da constituição do sujeito, a alienação, coloca-se em curso. Ela é, no entanto, insuficiente para garantir uma articulação entre os significantes, a qual resulte na produção do desejo.

Para isso ocorrer, a inscrição do significante do Nome-do-Pai, instaurador da lei, é um acontecimento necessário. No *Seminário 5*, Lacan (1957-58/1999) define a lei como:

[...] aquilo que se articula propriamente no nível do significante, ou seja, o texto da lei. Não é a mesma coisa dizer que uma pessoa deve estar presente para sustentar a autenticidade da fala e dizer que há alguma coisa que autoriza o texto da lei. Com

¹² Para a afirmação do analogismo entre o inconsciente e a linguagem, as construções lacanianas se basearam no algoritmo criado por Ferdinand Saussure. Esse representara por $\frac{S}{s}$ a noção de signo linguístico, na qual o Significante (S) é uma imagem acústica, uma representação das palavras, relacionada a um significado (s). A teorização psicanalítica, no entanto, deu ao S preponderância e autonomia em relação ao s. Com isso, pôs em relevo a dimensão subjetiva e a disjunção de uma correlação absoluta entre o Significante e a coisa por ele representada.

efeito, o que autoriza o texto da lei se basta por estar, ele mesmo, no nível do significante. Trata-se do que chamo de Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico (p. 152).

O pai simbólico diferencia-se da mera presença de um pai em carne e osso. Este seria representado pelo pai contingente, que comparece fisicamente, a fim de colocar em andamento a operação de castração. De outro lado, há o pai como função, o qual não é apenas um ser encarnado, e sim *uma metáfora, um significante que vem no lugar de outro*.

O Nome-do-Pai é o significante (S2) que vem a substituir o significante do desejo materno (S1), inscrevendo a dimensão da falta no psiquismo, no mesmo processo em que efetua a constituição do sujeito como ser desejante. A substituição metafórica do significante da lei está atrelada, segundo Dör (2003), ao mecanismo de recalque originário. Este possibilita a passagem do S1 ao registro do inconsciente, porém somente após a instalação do S2, produto da atuação de um Nome-do-Pai que faz função.

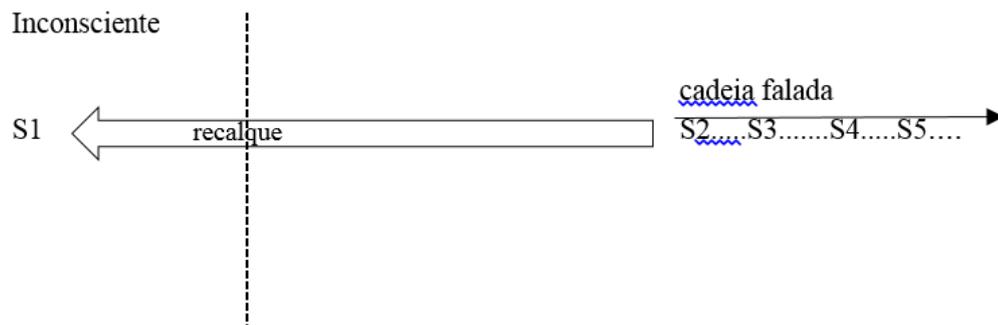


Figura 2 - esquema da Cadeia Significante

A instalação de um segundo significante, e não de qualquer outro, mas o paterno, é o que possibilita a própria assunção de um significante ao patamar de primeiro. A atuação da metáfora se dá numa ordem reversa. Em um momento lógico póstumo ao surgimento inicial do S1 passa a existir o S2, sendo, todavia, graças a este que o anterior assumirá a qualidade de ser o responsável pela estruturação da cadeia de significantes. Ele – o S2 – tornará o desejo do Outro materno passível de ser simbolizado e transformado em significantes, lembra-nos Fink (1998).

Assim, o pai simbólico insere a dimensão do terceiro na relação biunívoca entre a mãe e a criança, permitindo a ela sair do lugar de identificação com o objeto fálico, daquilo que viria a completar o Outro, culminando no acesso ao simbólico. A entrada de um outro, que não a

mãe, na relação dela com o bebê dependerá também da posição materna frente à castração. A internalização da falta nela, ocorrida durante o processo da própria subjetivação, possibilita não só o direcionamento do olhar e do desejo para além do filho, mas também que o agente materno se mostre a este como incompleto.

Ao apresentar-se como não-toda, a mãe demonstra para o bebezinho sobre seus cuidados o fato de ambos serem marcados pela falta. Isso só é possível na medida mesma em que ela tanto se posiciona na vertente materna, quanto interdita pelo significante do pai. Desse modo, para Lacan (1957-58/1999, p.162), a “dimensão do Outro [...], comporta, para que ele possa exercer plenamente sua função de Outro, que ele tenha também o significante do Outro como Outro”.

Ao apresentar-se como castrada, a mãe possibilita à criança distanciar-se da ilusão de que é o único objeto de seu desejo, ou seja, permite-lhe o abandono de uma identificação imaginária com este lugar. Assim, o infante sai da qualidade de alienado para iniciar sua caminhada em direção ao segundo período lógico da constituição do sujeito: a separação. Ela marca o desligamento da relação simbiótica com o agente materno, permitindo ao bebê perceber-se como dele diferenciado.

Ao deparar-se com um outro, o qual “[...] se constitui driblando a castração, ou seja, que pensa que sabe tudo, e utiliza o significante não para recobrir a falta, mas para confirmar a completude” (JERUSALINSKY, 1984, p.87), a criança psicótica fica acoplada na “placa mãe¹³”, sem dela se diferenciar. Isto gera um desconhecimento sobre a incompletude, seja de si mesmo, seja do Outro Primordial, e deixa o bebezinho alienado na condição de ser o que falta a este.

O significante do Nome-do-Pai encontra-se foracluído, impedindo o recalque do S1. A foraclusão (*verwerfung*) é um termo proveniente do âmbito jurídico. Foi incorporado à psicanálise pela teorização lacaniana com vistas à definição do mecanismo essencial pelo qual se dá a estruturação da psicose. Constitui-se, numa breve definição, pela exclusão do eu de algo insuportável ao sujeito.

O recalque e a foraclusão se aproximam, nesse sentido, pois são formas de lidar com o que há de ameaçador nas situações vivenciadas pelo sujeito. No modo de enfrentamento do traumático, entretanto, é notória a distinção dos mecanismos de defesa no tocante aos impactos gerados à vida psíquica.

¹³ É a parte mais importante do processador, sendo responsável, dentre outras coisas, pela comunicação entre os componentes existentes neste e pela organização de suas respectivas funções.

O primeiro mecanismo, frequentemente presente nos neuróticos, é responsável pela passagem da ideia e dos afetos dolorosos ao inconsciente, admitindo, em um momento posterior, a possível reintegração deles à consciência. Em contrapartida, na forclusão, trata-se de um apagamento irrecuperável do próprio registro do trauma.

Além disso, a forclusão:

[...] de uma ideia insuportável implica outra forclusão bem mais radical: a forclusão do princípio que rege o mundo das ideias. Esse princípio é um juízo de atribuição (*Bejahung*), ou seja, o princípio que enuncia que toda coisa percebida imprime sua representação no psiquismo. Em suma, a forclusão (*Verwerfung*), antes de ser forclusão de uma ideia, é forclusão do juízo de atribuição (*Bejahung*), isto é, impedimento de que uma coisa percebida imprima sua representação no psiquismo (NASIO, [1987/2011], p.132).

No sujeito psicótico, portanto, a *Verwerfung* ocasionaria a ausência da *Bejahung*, da afirmação, da metáfora paterna. No livro intitulado *Autismo e Psicanálise*, Azevedo (2009) parte desse entendimento a respeito da psicose, a fim de estabelecer uma relação de comparação com o autismo. Ele estaria, segundo a autora, situado num momento ainda mais precoce da estruturação psíquica e envolveria uma dupla falta, a da *Bejahung* do Nome-do-Pai e a do S1, que lhe seria anterior.

Assim, a criança autista depara-se com um impasse à constituição do seu ser em uma etapa precocíssima do desenvolvimento físico e mental. Ela não pode estabelecer-se como sujeito tal como os outros o fazem, ou seja, a partir de uma representação de si mesmo, efeito da inscrição de, pelo menos, UM significante (S1) capaz de remetê-lo a Outro significante (S2).

A cristalização do par primordial de significantes impede que do intervalo entre eles emerja um outro a representar o ser. Ao ocuparem o mesmo lugar, o casal de significantes primordiais estabelece uma relação uníssona, compondo uma holófrase¹⁴, que tem como implicação última a impossibilidade da divisão do sujeito pelo significante, ou seja, da efetivação da operação de separação.

Por isso, na psicose, em que esta não ocorre, a holófrase apareceria sobre a forma da forclusão do Nome-do-Pai e seria, segundo Laurent (2012), uma espécie de interferência na mensagem transmitida entre os dois significantes primordiais. Ainda conforme o autor, residiria aí a diferença da solidificação holofrásica presente no autismo, pois neste caso há somente a repetição do S1 e a absoluta ausência de qualquer relação a um significante outro.

¹⁴ A perspectiva apresentada trata-se de uma torção lacaniana no conceito originalmente desenvolvido pela linguística, a saber, da holófrase como uma palavra que é capaz de, sozinha, expressar a complexidade de um enunciado, de uma frase.

Frente às diferenças observadas em relação à psicose, Rosine e Robert Lefort (apud WANDERLEY, 2013) acreditam que o autismo seria uma quarta estrutura¹⁵. Entendimento que é compartilhado por Alfredo Jerusalinsky (1993), importante psicanalista brasileiro dedicado ao estudo das psicopatologias infantis.

Nesse sentido, o autor distingue o autismo da psicose, dentre outros fatores, devido à instalação, no processo de constituição do sujeito, de um mecanismo de defesa diferenciado: o da exclusão do Nome-do-Pai. A diferença entre ele e a forclusão:

[...] consiste em que, no caso da forclusão, se produz uma inscrição do sujeito numa posição tal que esta inscrição não pode ter consequências na função significante. No caso da exclusão, não há inscrição do sujeito; no lugar onde a inscrição deveria se encontrar se encontra, o real, ou seja, a ausência de inscrição (JERUSALINSKY, 1993, p.63).

Com a exclusão do Nome-do-Pai, o recalque do significante do desejo materno fica prejudicado e, conseqüentemente, a assunção deste ao patamar de primeiro, de fundante do psiquismo. Em outras palavras, a representação significante, decorrente da inter-relação entre os elementos da cadeia de significantes, em que o sujeito se basearia para se reconhecer e interpretar a realidade, encontra-se ausente ou pouco estruturada.

O sujeito ensaia sua entrada na operação de alienação ao significante, porém ela não chega propriamente a existir. Embora não seja alheia a essa operação, segundo Vorcaro (2014, p.143), a criança autista entra na alienação “para, em seguida, recusar-se a ela, não chegando nem ao assujeitamento à linguagem nem à distinção das faltas (do ser e do Outro)”.

Ao mesmo tempo, estes infantes encontram-se inseridos no universo simbólico. Eles não são alheios à linguagem, embora o encontro com esta seja marcadamente distinto de sujeitos com outras formas de estruturação subjetiva. É isso, por exemplo, o que apontam as biografias escritas pelas pessoas autistas ao longo dos últimos anos.

Em uma das poucas declarações feitas sobre o autismo, Lacan (apud GONTIJO, 2008, p.56) diz algo a respeito disso ao falar sobre um caso clínico de outro analista: “[...] pergunto a quem estiver ouvido a comunicação que questiono é se, sim ou não, uma criança que tapa os ouvidos – dizem-nos para quê? Para alguma coisa que está sendo falada – já não está no pós verbal, visto que se protege do verbo”.

¹⁵ Apesar da utilização do termo estrutura, Jerusalinsky (1993) adverte sobre o fato de não se tratar, no autismo, da mesma conceituação existente na neurose, na psicose ou na perversão, devido à forma de posicionamento do sujeito frente ao significante do Nome-do-Pai.

No caso apresentado, houve não só a percepção da voz pela criança, mas também a tentativa de evitar sua escuta. O reconhecimento dos ditos se deu, pois, tal como é comum a maioria das pessoas autistas, inexistente qualquer dificuldade no desenvolvimento do aparelho auditivo ou na tradução cerebral dos sinais recebidos por este.

O tamponamento das orelhas indica que o infante autista já encontra-se no pós-verbal, mesmo quando ainda não fala. A recusa em relação ao que é falado, dá-se, em parte, devido aos efeitos angustiantes suscitados no encontro com o discurso do Outro, pois deste não advém a possibilidade de uma representação salutar, decorrente da relação entre significantes regidos por um significante-mestre.

Diante da existência da holófrase do par de significantes primordiais, bem como da deficitária instalação das operações de alienação e separação, os significantes assumem características comuns ao real. Por isso, para Maleval (2012), no caso do autista, o significante teria o estatuto de signo, sem a necessária distinção entre a coisa e a sua representação psíquica. A representação de uma experiência ou de um objeto material existente na realidade estaria ligada a um único significado possível, sem sofrer influência de uma modificação no contexto.

Diante dos aspectos apresentados, ressaltamos que isso também repercute no bebê autista como um sentimento de aniquilamento, o qual irrompe cada vez que o outro se faz presente, pois a fala proveniente deste aponta no infante a própria falha no simbólico. Em outras palavras, o peso de uma linguagem com estatuto de real está associado a ausência de uma representação do sujeito por meio de uma relação apropriada entre os significantes primordiais.

Para Jerusalinsky (1993), cada encontro com o Outro e os significantes provenientes dele remetem o sujeito a uma demanda de ausentificação. Uma espécie de imperativo para “nada-ser” seria colocado para o infante, a partir dos contatos estabelecidos com o Outro primordial. Por isso, este é visto como um intruso, diferentemente do que ocorre com o psicótico.

Assim, a dificuldade do encontro com o agente materno encontra-se pautada no fato de que este submete a criança a se confrontar com um vazio aniquilador, decorrente da deficitária instauração da dimensão simbólica. Não se trata aqui de uma consequência da ausência de um outro¹⁶, adulto cuidador, como ser encarnado num corpo. Na realidade, ao contrário, as mães de crianças com psicopatologias graves, e disso não está excluído o autismo, costumam dedicar cuidados ainda mais intensos que aquelas com filhos sem dificuldades no desenvolvimento.

¹⁶A respeito de qual ausência se trata no autismo trataremos no capítulo 3.

Ao se notar mães que exercem com os filhos apenas os cuidados básicos, ligados à higiene e à alimentação, precisamos atentar ao fato de estarmos observando um momento posterior à configuração de um impasse na relação entre eles. Existem diversas questões envolvidas na intrincada comunicação entre o bebê e o Outro.

Há várias razões possíveis para uma mãe não responder aos apelos de seu filho, por exemplo. Dentre elas, pode haver uma dificuldade particular no entendimento do funcionamento próprio ao bebê, seja na percepção, seja na interpretação dos sinais por esse emitidos. Ao mesmo tempo, às vezes também ocorre de o recém-nascido não emití-los com uma frequência tal que demonstre a busca por uma interação com o outro.

Por razões ainda pouco conhecidas, alguns infantes não só não respondem às investidas de suas mães, como também se recusam, ativamente, a dirigir-lhes o olhar, a voz ou mesmo o corpo, desde momentos significativamente precoces. Com frequência, o quadro progride de uma recusa à interação com o semelhante a uma dificuldade na motricidade e na aquisição da linguagem. Ao mesmo tempo, há casos aonde a criança apresentara um desenvolvimento condizente à idade e, após um determinado ponto, iniciou uma espécie de retrocesso das competências alcançadas.

Em todo caso, é comum os pais (ou quem os representa para o bebê) sentirem que algo não vai bem com seu filho e que ele é diferente, quando ele ainda é bem pequeno, pois os carinhos, as falas manhosas, os toques, dirigidos por eles parecem nada significar. A ausência de *feedback* oferecido coloca os pais, reiteradamente, diante de uma aparente insuficiência de seus atos.

A negação da criança ao estabelecimento de uma relação de trocas tem, na maioria das vezes, efeitos desorganizadores no casal parental. Parece carimbar no pai e na mãe o selo da incompetência em exercerem as respectivas funções, seja de acordo com padrões internos pré-existentes, seja no âmbito social. E, talvez, isso seja a causa mesma do fechamento destes a determinados tipos de investimentos e formas de comunicação comuns a outros cuidadores, como a utilização frequente da fala melódica, por exemplo.

A respeito disso, Wanderley (2013, p.125) apresenta uma citação de Laznik, na qual a autora diz:

[...] eu penso que muito cedo alguma coisa falhou do lado do bebê, eu o constato desde o nascimento. Isto não significa que se trata de um real orgânico imediatamente fixado no bebê, pois as intervenções muito precoces parecem modificar o quadro. Nós também constatamos, praticamente de maneira sistemática, uma psicogênese da situação autística, mas invertida do que infelizmente pôde ser formulada a partir de Bettelheim: é o bebê que não responde que destrói, em alguns meses, as competências dos pais, ao menos a confiança que eles têm neles mesmos.

Um dos estudos a dar origem a esse entendimento – de uma dificuldade pré-existente no bebê – foi, segundo Jerusalinsky (2015), a pesquisa realizada por David Cohen. Nela, o renomado psiquiatra francês buscou observar o tempo de resposta dos bebês a estímulos fornecidos pelas mães. Como resultado, encontrou uma significativa diferença do ritmo de resposta das crianças autistas, quando comparadas àquelas sem a mesma dificuldade constitucional.

Depreendemos disso que, no caso do autismo, não estaríamos sempre diante de uma mãe geladeira ou de um pai ausente. O desencontro entre os filhos e o casal parental se apresenta por diversas razões, as quais só podem ser observadas no que há de particular em cada caso.

Diante da relevância teórico-clínica que isto impõe, realizaremos um aprofundamento a esse respeito no próximo tópico. Ao longo deste, apresentaremos um breve recorte na perspectiva da psiquiatria sobre o autismo, a fim de elucidar-nos sobre a distinção entre o fechamento do sujeito em uma categorização nosológica e a proposta da psicanálise de detecção e intervenção precoce como via para o tratamento dos bebês com risco de se tornarem autistas.

1.3. O autismo na psiquiatria e o papel da psicanálise na clínica com bebês: detecção e intervenção precoce

A conceituação da psicanálise sobre a psicose e o autismo na criança sobreveio após um longo período de desenvolvimento da teoria médica e sua nosografia. Ao mesmo tempo, no início da história da psiquiatria, pouca importância foi dada à especificidade da saúde mental infantil. De acordo com Santoro (2008), foi no século XIX que essa começou a ser de real interesse, embora tenha ficado restrita ao estudo do retardo mental.

Ainda segundo a autora, só após a criação da psicanálise, em meados do século XIX, a clínica psiquiátrica passou a desenvolver seu corpo de conhecimento, levando em conta a necessidade de um entendimento particular da criança. Apesar de os estudos terem avançado no âmbito da saúde mental infantil, a descoberta e a classificação do autismo, enquanto uma patologia propriamente dita, não se deu de imediato.

O surgimento do próprio termo autista se deu, segundo Stefan (1991, p.15), apenas “em 1906, por Plouller como adjetivo, para designar a tendência dos pacientes diagnosticados como tendo demência precoce, de referirem a si mesmos tudo que ocorria em sua volta”. Por outro lado, foi Eugen Bleuler quem, em 1911, criou o termo autismo, a partir de um neologismo da

palavra “autoerotismo”, para fazer referência a um dos sintomas associados à esquizofrenia no adulto: a perda de contato com a realidade.

Baseado nesta definição, em 1943, o médico Leo Kanner publicou o artigo de título *Os Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*, o qual viria a se tornar um marco na história da psiquiatria no tocante ao autismo. Ao longo dele, o autor apresentou casos de crianças que mostravam “incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (p. 243).

Ao perceber que esses e outros sintomas não se enquadravam em uma categoria nosológica pré-existente, o autor sentiu a necessidade de classificar o autismo como uma síndrome específica, a qual se instalaria, frequentemente, antes dos dois anos de idade. Além disso, definiu como alguns dos traços caracterológicos mais comuns da síndrome, a dificuldade da criança em se relacionar com os outros, o não desenvolvimento da linguagem, além de uma fuga do contato visual e corporal.

Para Cavalcanti & Rocha (2001), Kanner estabeleceu, primeiramente, uma relação de causalidade entre o modo como os pais agiam na relação com os filhos e a origem dos sintomas e dificuldades apresentados por estes. O fato de os genitores serem afetivamente distantes e excessivamente intelectuais seriam as características que levariam ao desenvolvimento da síndrome.

Num segundo momento, o psiquiatra assumiu o viés da organogênese, atribuindo ao autismo um caráter inato. Para Kanner (apud CAVALCANTI & ROCHA, 2001):

Devemos, portanto, supor que estas crianças vieram ao mundo com uma incapacidade inata de estabelecer o contato afetivo habitual com as pessoas, biologicamente previsto, exatamente como as outras crianças vêm ao mundo com deficiências físicas ou intelectuais (p.47).

Atualmente, existem sistemas de classificação a servirem de base para o estabelecimento de diagnósticos, inclusive de autismo, a partir de perspectivas compartilhadas sobre a sintomatologia desta e de outras patologias. Dentre os mais difundidos e frequentemente utilizados como referência estão o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), publicado pela reconhecida Associação Americana de Psiquiatria (APA), e o CID, Classificação Internacional de Doenças.

No tocante ao autismo, com o advento do DSM-III-R, ele passou a ser concebido como um dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), os quais podem ser caracterizados pelo:

[...] comprometimento qualitativo do desenvolvimento da interação social recíproca, do desenvolvimento das habilidades de comunicação verbal e não-verbal e da atividade imaginativa. Muitas vezes há um repertório de atividades e interesses, marcadamente restritos, que frequentemente são estereotipados e repetitivos (DSM-III-R, 1989, p.36).

É importante notarmos que apesar dos avanços empreendidos por Kanner, após 1943 o autismo permaneceu sendo vinculado à esquizofrenia e à psicose infantil. O distanciamento daquele em relação à psicose foi uma construção gradativa, tendo sido introduzida nos manuais de classificação a partir da conceptualização dos TGD, utilizada pelo DSM-III-R. A confusão entre o autismo, a psicose e a esquizofrenia encontra-se, portanto, superada atualmente.

Em parte, a mudança de perspectiva ocorreu diante da impossibilidade de se manter uma linearidade entre os impasses no desenvolvimento existentes no autismo e as disfunções apresentadas na psicose. Nesse sentido, Wanderley (2013) acredita que a transformação da compreensão inicial deveu-se tanto ao fato de a psicose ser difícil de diagnosticar na infância, quanto devido a existência de fatores comuns ao autismo que não se apresentavam em sujeitos psicóticos adultos.

As formas de entendimento a respeito das doenças mentais seguiram avançando e, em 1993, o CID-10 apresentou o quadro nosográfico da patologia autística sob uma nova forma de categorização, como integrante do rol dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Eles são caracterizados:

[...] por anormalidades qualitativas em interações sociais recíprocas e em padrões de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Essas anormalidades qualitativas são um aspecto invasivo do funcionamento do indivíduo em todas as situações, embora possam variar em grau (CID-10, 1993, p.243).

Posteriormente, no DSM-IV-TM, houve a exclusão da psicose infantil de uma categoria nosológica específica. Ao mesmo tempo, semelhante ao definido pelo CID-10, diversas patologias, inclusive o autismo, foram classificadas como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID).

Nessa versão do DSM, outras categorias também foram incluídas neste grande grupo dos TID. Foram elas: o Transtorno de Rett, o Transtorno de Asperger, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o TID_SOE (Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem Outra Especificação).

Já a última versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-V, lançada em 2013, aglutinou essas patologias, exceto o Transtorno de Rett, em uma única

classificação diagnóstica, a do Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com o mesmo manual, este é caracterizado:

[...] por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (DSM-V, 2014, p.75).

Além dos déficits na comunicação, para se formular o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista conforme o DSM-V (2014), alguns critérios devem ser observados nas avaliações clínicas. Dentre eles estão os seguintes:

- A. **Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):**
1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.
 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.
 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.
- Especificar a gravidade atual:*
A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos (ver Tabela 2).
- B. **Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):**
1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
 2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).
 3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).
 4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

Diante do exposto, podemos depreender que o diagnóstico de autismo nem sempre levou em conta as mesmas características dos indivíduos. Por outro lado, as mudanças das categorias sindrômicas (re)criaram, sucessivamente, modelos normativos de saúde e de adoecimento seguidos por profissionais em todo o mundo.

Desde a sua criação, a psicanálise encontra-se justamente na contramão da perspectiva sustentada pela psiquiatria clássica, a qual nos parece congelar a criança em um mero rol de sintomas categorizáveis. Acreditamos, portanto, que seria um equívoco deter-se em critérios diagnósticos e desconsiderar o sintoma (ou poderíamos dizer o *sinto-mal?*) como uma produção subjetiva do sujeito.

Ao mesmo tempo, sustentamos a perspectiva de que possuir um corpo é diferente de ser um corpo. Ter um corpo é muito mais que responder aos neurotransmissores articulados em um sistema de feixes nervosos. Tampouco é destino ou uma forma inalterável de expressão de um código genético, haja vista que ele sofre a influência da interação com o meio.

Enquanto sujeitos inseridos em uma cultura, sofremos os efeitos da influência dela. A linguagem, representação simbólica máxima, afeta a todos de alguma maneira e impede um puro funcionamento biológico. A palavra constitui e organiza o psiquismo, pondo em ordem os automatismos e reflexos inatos, dando a eles outro destino.

Os motivos pelos quais uma criança apresenta dificuldades em se alimentar, para dormir ou interagir com os outros, por exemplo, podem ter origens diversas. Fatores históricos e constitucionais, bem como aspectos provenientes de déficits orgânicos são alguns dos quais exercem significativa influência na maneira como o desenvolvimento irá ocorrer.

Diante da complexidade de transformações em jogo na infância, os diagnósticos, adverte-nos Jerusalinsky (2015, p.40), “precisam ter a cautela de não se firmarem como definitivos, incuráveis ou crônicos, a menos que se tenha uma prova irrefutável numa demonstração clínica suficientemente extensa do caráter inamovível [...] de determinada afecção”. E, ainda quando isto ocorre, o conhecimento a respeito da sintomatologia não deve renegar a singularidade.

Ao mesmo tempo, os profissionais que trabalham com crianças autistas precisam observar que o estabelecimento do diagnóstico poderá funcionar como um atestado de óbito. De um lado, para os pais, sendo a perda do filho imaginado e, muitas vezes, o fim da esperança de serem a família que haviam sonhado. De outro, os filhos talvez fiquem fixados numa restrição a uma nomeação além da doença.

Atestar a patologia sem considerar que há ali um sujeito a advir pode levar as crianças a ficarem isoladas numa ilha nada paradisíaca, aonde os significantes provenientes do Outro parecem lhe cortar à carne a cada “toque”, sem, entretanto, inscreverem-se psiquicamente. É preciso, portanto, atentar aos efeitos nocivos de um diagnóstico, pois o anúncio dele pode implicar em um desinvestimento do bebê, frente a um luto parental do filho imaginado.

Além disso, o fechamento de um quadro nosológico supõe a existência de um determinado número de fenômenos já configurados em uma síndrome ou transtorno, algo que, de acordo com a teoria psicanalítica, ainda não está definido na infância. Assim, o próprio diagnóstico infantil seria também indefinido, segundo Vorcaro (2004).

De acordo com a autora:

[...] quando o psicanalista, arraigado às classificações das estruturas clínicas predefinidas na teoria como Neurose, Psicose e Perversão não suporta que haja condição de Infans, ou seja, crianças cuja estrutura ainda não está decidida, ele está escapando à condição necessária para que a clínica que considera a hipótese do inconsciente seja possível: trata-se da possibilidade de acolher o contingente e o insabido (VORCARO, 2004, p.13).

Nas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, Freud (1932-36/1996) já dizia algo nesse sentido ao considerar que:

[...] Pode-se levantar a questão de saber se não seria adequado vir em auxílio de uma criança com a análise, embora não mostre sinais de algum distúrbio, como forma de salvaguardar sua saúde, do mesmo modo como atualmente vacinamos as crianças contra a difteria, sem esperar para ver se contraíram a doença (p.146).

Essa matriz da teoria psicanalítica aposta, portanto, em uma observação clínica de fatores de risco, antes da instalação de uma psicopatologia propriamente dita. E se, de um lado, falamos na existência de indicadores de sofrimento psíquico, é para que, de outro, não esqueçamos que, no autismo, inexistem uma única etiologia e, por conseguinte, um medicamento capaz de curá-lo.

Em todo caso, os sinais de risco precoce são indícios valiosos de que algo não vai bem no desenvolvimento do bebê. Pode ser uma dificuldade de socialização, a ausência de habilidades comuns àquela idade ou a presença de aspectos sugestivos de um impasse no processo de constituição do sujeito.

Estes podem ser observados, por exemplo, por meio da relação da criança com o corpo e com a imagem de si mesma, da fala e da posição na linguagem, bem como pela maneira como reconhece e lida com as regras estipuladas¹⁷. No tocante ao autismo, Laznik (2004) sugere a

¹⁷ Esses são alguns dos critérios presentes no protocolo IRDI. Ele é um instrumento que reúne indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil, construídos a partir da psicanálise, e elaborado, conjuntamente, por psicanalistas, pediatras, nutricionistas, fonoaudiólogos e psiquiatras brasileiros. Resultado de uma pesquisa multicêntrica apoiada pelo Ministério da Saúde e realizada no período de 2004-2008 (LERNER, ROGÉRIO & KUPFER, 2008).

existência de dois traços clínicos observáveis desde os primeiros meses de vida: o não-olhar entre a mãe e o bebê¹⁸ e a ausência do fechamento do circuito pulsional.

Nesse sentido, a psicanálise aposta na clínica com bebês, a partir do reconhecimento destes como portadores de um sofrimento próprio, e introduz a importância da detecção precoce¹⁹. A conceituação aqui utilizada deste termo diferencia-se de algo da ordem de um equívoco da antecipação. Busca, pelo contrário, destacar a singular importância do tempo lógico e cronológico à formação da subjetividade, quando há algo a lhe entrar.

Ao mesmo tempo, segundo Queiroz (2005, p.21), trata-se de “prever o adulto que um bebê poderá se tornar a partir do olhar no presente e conceber de antemão uma hipótese sobre a sua estrutura futura”, o que embasará a direção do tratamento e apontará as intervenções necessárias.

É em um momento do desenvolvimento, antes mesmo de a linguagem ser expressa por meio da fala propriamente dita, que temos a possibilidade de intervenções mais eficazes. Algo que se deve ao fato de haver aí uma intensa plasticidade cerebral e de as estruturas psíquicas e orgânicas ainda estarem em processo.

Na medida em que os efeitos do significante se conjugam com as contingências reais do crescimento (a maturação biológica), o momento em que se intervém importa. Há um momento ideal para a detecção de sinais de sofrimento na clínica com bebês, a fim de se conseguir impedir ou mesmo reverter os possíveis fracassos na interconexão entre o orgânico, o ambiente e o simbólico. Assim, ao invés de tardia, a intervenção poderá ser a tempo.

De acordo com Laznik (2004), esse momento oportuno seria ainda na primeira infância, precisamente, antes dos três anos. Para ela:

Mesmo nas crianças autistas de três ou quatro anos conseguimos geralmente (r)estabelecê-lo [o circuito pulsional], mas o período sensível onde a criança entra com uma grande naturalidade no campo dos significantes do Outro e pode deles se apropriar, já passou (p.30).

Embora uma estratégia de intervenção seja buscada, a ideia de uma possibilidade de prevenção é algo recente na teoria psicanalítica. Uma das primeiras a desenvolver uma teorização sobre o tema foi Françoise Dolto, no *Seminário de psicanálise com crianças*. Para a psicanalista francesa, segundo Queiroz (2005), os déficits no processo de constituição seriam provenientes de sofrimentos causados por acontecimentos precoces, que não puderam ser simbolizados, elaborados.

¹⁸ A respeito desses dois sinais de risco dedico boa parte do terceiro capítulo desta dissertação.

¹⁹ Não é utilizada apenas em casos aonde sejam observados sinais de risco de autismo.

Ainda segundo aquela autora, a dificuldade no enfrentamento das situações experienciadas, a partir da articulação do real com o simbólico, deve-se, em parte, à existência de conflitos relacionais da criança com os pais. Diante disso, a prevenção de dificuldades no desenvolvimento ocorreria por meio de um acolhimento propiciado aos cuidadores e ao infante, tanto a partir da escuta, quanto pelo suporte no âmbito social.

Diante de uma íntima dependência da interação entre os aspectos relacionais e orgânicos, a qualidade do laço é essencial à formação das estruturas psíquicas necessárias ao desenvolvimento. Com efeito, se há um impasse na interação do infante com o agente materno, há chances de que, ao se intervir na relação, o ruído existente na comunicação entre eles deixe de existir. E, com isso, a instalação de diversas patologias, inclusive o autismo, poderia ser evitada, no melhor dos casos.

Assim, fazer psicanálise com bebês significa realizar uma escuta com quem não fala. Ver em seus olhares, balbucios e movimentos corporais os signos de algo a dizer. Em parte, por isso também, trata-se de uma clínica na qual se inclui necessariamente os pais. São eles, em especial, os agentes para uma melhora dos filhos. Independentemente das causas de um impasse qualquer no desenvolvimento, a eficácia do tratamento sempre os implica:

Uma vulnerabilidade orgânica pode dificultar os processos de inscrição no laço com o Outro, mas, se algo existe geneticamente inscrito, isso será mais ou menos impactante em função das condições ambientais. [...] Independente das questões etiológicas, somente através da interação da criança com seus pais, isso poderá ser remediado. E, quanto mais cedo, mais efetivo será o trabalho (WANDERLEY, 2013, p.214).

Com efeito, a clínica com bebês é, em si mesma, uma forma de prevenção. Ao mesmo tempo, de acordo com a psicanálise, é impossível falar em uma prevenção total, pois há sempre algo que escapa, pertencente àquilo que o ensino lacaniano chamou de real, ou seja, o impossível de simbolizar. Bem como, não cabe ao analista a função de cura tal como prometida pela ciência, já que não é possível prever se um acontecimento afetará o sujeito ou ainda de qual forma ele seria afetado.

A teoria freudiana não se propõe a balizar uma abordagem prática em direção à cura como meta. Ela, quando ocorre, vem como efeito secundário ao trabalho clínico. A respeito disso, Queiroz (2005) sugere que, na clínica com bebês, essa perspectiva sobre a cura seja ampliada à prevenção, visto como essa não constitui o objetivo da técnica psicanalítica, e sim um resultado possível do tratamento.

Para Santoro (2008, p.142), a única forma de prevenção possível seria intervir, antecipando um sujeito, “quando nos encontramos diante de agentes de função materna e

paterna que não conseguem ver seu filho para além de uma libra de carne. [...] Esta, porém tratar-se-ia de uma prevenção sem garantias”.

Por fim, diante da complexidade de fatores existentes na estruturação do autismo, a abordagem psicanalítica considera fundamental uma intervenção sustentada em uma prática interdisciplinar, numa articulação entre os diversos profissionais envolvidos com os pacientes. A direção dada ao tratamento poderá, então, exceder às usuais correntes de absoluta padronização e aceder a um novo método de intervenção. Nele, levar-se-á em conta as particularidades presentes em cada caso e as contribuições dos integrantes da equipe multiprofissional.

Ao mesmo tempo, a psicanálise busca contribuir com a ampliação do entendimento a respeito da constituição psíquica do sujeito e de sua interface com as dificuldades existentes na psicopatologia. E, com isso, fundamentar a realização de atendimentos por outros profissionais, que não psicanalistas, a partir destes referenciais. Trata-se de uma tentativa de aproximação com os médicos, pedagogos, fisioterapeutas e demais participantes da equipe. Ela se faz necessária, para que se articulem²⁰ os diversos saberes, ao invés de cindi-los, em prol de uma integralidade no tratamento direcionado ao sujeito em desenvolvimento.

²⁰Entre outros efeitos dessa compreensão, destacamos um método desenvolvido por Graciela Crespín, juntamente com médicos de primeira infância, chamado de “guia prático de três tempos”. No livro *A clínica precoce: o nascimento do humano*, a autora relata passo-a-passo a forma como os pediatras podem ser sensíveis à observação de fatores que vão além de complicações na maturação orgânica, realizando, quando necessário, o encaminhamento a outros profissionais, como os psicanalistas.

2. A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NO ESPELHO LACANIANO

Precisaremos, ao longo deste capítulo, as teorias que deram origem ao atual entendimento dos processos envolvidos no ato de ver. Elas foram fundamentais para o desenvolvimento da óptica como forma de compreensão sobre as funções do olho e do meio no tocante à visão.

Foi nessa fonte que a psicanálise lacaniana bebeu, a fim de formular um dos seus mais importantes conceitos, o estágio do espelho. A respeito dele, apresentaremos os aspectos imprescindíveis do percurso realizado por Lacan para a elaboração dessa teoria, com vistas a estabelecermos a distinção entre a visão e o olhar, assim como a importância da passagem pelo estágio do espelho para a formação da imagem corporal pelo sujeito.

2.1. Estádio do espelho: considerações históricas

O Estádio do Espelho foi um dos mais importantes conceitos elaborados por Lacan, em uma época onde ele era conhecido apenas em território francês. Ele compõe uma das formulações fundamentais e inovadoras da psicanálise. O nascimento dessa construção teórica deu-se em um momento no qual o psicanalista encontrava-se com o interesse direcionado, sobretudo, para o poder estruturante da *imago* sobre a subjetividade.

Na mesma época, alguns estudos comportamentalistas observaram o fascínio da criança perante a imagem de si mesma no espelho. Apesar de nunca ter reconhecido de onde tirou parte da inspiração, foi de um experimento realizado pelo médico e psicólogo francês Henri Wallon que Lacan, em 16 de junho de 1936, guiou-se, para cunhar a expressão “Estádio do Espelho”.

Conforme Roudinesco (2006), Wallon publicou um artigo²¹ referente ao que nomeou de prova do espelho, a qual consistia em uma das primeiras observações feitas sobre as condutas apresentadas por crianças em frente ao espelho. Ao analisar as impressões destas, a perspectiva walloniana foi a de que os bebês adquiriam a capacidade de distinguirem, progressivamente, o corpo da imagem refletida na superfície espelhada. E, ainda, que a construção da imagem do corpo seria resultado do desenvolvimento, da maturação orgânica do indivíduo.

²¹ Henri Wallon, “Comment se développe chez l’enfant la notion de corps propre”, *Journal de Psychologie*, nov-dez 1931, p. 708-48; *Les origines du caractère chez l’enfant* (1934), Paris, PUF, 1973.

Com a publicação da obra *As Origens do Caráter*, em 1934, Wallon introduz um entendimento ainda mais significativo que a publicação anterior, para o que viria a configurar o conceito de Estádio do Espelho. A teoria walloniana desenvolvida nesse momento dizia respeito à constituição da imagem corporal enquanto externa ao sujeito, como algo a ser construído, não sendo dado *a priori*.

Sobre o modo como isso acontece, há um trecho da obra walloniana que elucida o ponto de vista sustentado pelo autor. De acordo com Wallon (apud JULIEN, 1993):

Darwin nota que, em torno do oitavo mês, ela [a criança] manifesta com alguns ‘Ah!’ sua surpresa, cada vez que seu olhar encontra sua imagem, e Preyer diz que na 35 semana ela estende a mão veementemente na direção de sua imagem [...]. A realidade atribuída à imagem é tão completa que não só entre a quadragésima primeira e a quadragésima quarta semana ainda, a criança de Preyer ri e estende o braço na direção da imagem cada vez que a vê, mas que na trigésima quinta semana, a criança de Darwin olha sua imagem no espelho, cada vez que a chamam por seu nome. Não é mais, ao menos de forma passageira e intermitente, ao seu eu proprioceptivo que ela aplica seu nome, quando o ouve pronunciar: é a imagem exteroceptiva que o espelho lhe dá de si mesma (p. 16).

Com efeito, embora tenha escolhido uma perspectiva diferente sobre um mesmo fenômeno, a teoria lacaniana pôde encontrar nesse estudo os meios necessários para a formulação de uma teoria a respeito do papel exercido pela imagem especular. Da reflexão sobre essa problemática, o psicanalista francês encontrou as bases necessárias para fazer a primeira contribuição em um evento da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

A inovadora comunicação feita por Lacan deu-se às 15h40, no segundo dia de apresentações do XIV Congresso da IPA, realizado em Marienbad²². As considerações teóricas proferidas constituíram apenas o início das conceituações que tomariam lugar de destaque nas futuras elaborações lacanianas.

Na ocasião, a explanação sobre o estágio do espelho deu-se por um período de quinze minutos e foi interrompida por Ernest Jones, presidente do referido congresso. A justificativa utilizada para a realização do corte foi a de que havia sido atingido o tempo máximo estipulado para as apresentações.

Como decorrência disso, Lacan não entregou a produção textual referente à conferência, impedindo uma possível publicação nas atas do congresso. Isso teria se dado, de acordo com Roudinesco (2006), devido a um sentimento de humilhação, por parte do psicanalista, mediante a interferência de Jones.

²² Encontrar-se-á o registro de tal transmissão no volume 18 do *The International Journal of Psychoanalysis* intitulada como “The looking-glass phase”.

A respeito das elaborações proferidas sobre o especular no evento ipeísta, têm-se apenas dois registros que apontam os pensamentos expostos naquele momento. Um deles são as anotações de Françoise Dolto. Elas foram feitas em uma ocasião anterior, a partir de uma conferência dada por Lacan na SPP (Sociedade Psicanalítica de Paris), em 16 de junho de 1936. Além delas, considerações sobre o tema referido podem ser encontradas em um projeto de ensaio escrito por Alexandre Kojève. (ROUDINESCO, 2006)

Com isso, sobrevém com nitidez o fato de que as publicações sobre o estádio do espelho se deram em um momento posterior às primeiras conceituações do tema. Kaufmann (1996) ressalta, ainda, que, apesar da busca pelo texto apresentado em 1936, Lacan não obteve sucesso em encontrá-lo.

Diante de uma busca sem resultados, o psicanalista alegou a presença do conteúdo não publicado como fazendo parte do artigo sobre a família, publicado no tomo VIII da *Encyclopédie française*, em 1938, afirma Roudinesco (2006). Texto que foi reeditado em 1985 sob o título *Os complexos familiares na formação do indivíduo*.

De acordo com Kaufmann (1996), uma nova versão sobre o tema foi pronunciada no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em 17 de julho de 1949, na cidade Suíça de Zurique. E teve sua publicação realizada ainda no mesmo ano, ao longo de sete páginas do quarto número da *Revue Française de Psychanalyse*, em sua forma completa, e no *The International Journal of Psychoanalysis*, de modo resumido.

Após o artigo apresentado em 1949, foi possível perceber, segundo Sales (2005), uma importância crescente atribuída à construção teórica do estádio do espelho. Esta havia sido tomada, inicialmente, como uma fase pontual do desenvolvimento psíquico do sujeito, sem grandes implicações futuras para a subjetividade do mesmo.

Foi somente nos anos seguintes à primeira elaboração do conceito referido, que Lacan apresentou pensamentos que confirmavam o advento da nova perspectiva. Com a publicação do texto intitulado “*O estádio do espelho como formador da função do eu [je], tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*” nos *Escritos*, ocorreu uma reorganização do conceito, na qual foi atribuído a esse momento subjetivo um papel preponderante para a constituição do eu.

Modificações também foram feitas por Lacan, após 1953, na teoria especular existente até então. Foi possível observá-las, ressalta Fernandes (2000), devido ao acréscimo feito ao longo do Seminário 1 – *Os Escritos Técnicos de Freud* do que chamou de “estádio do espelho corrigido”. Nesta ocasião, foi tomado como empréstimo da física o experimento de Bouasse, para trazer uma definição do estádio do espelho que se referia ao homem como aquele que

consegue reconhecer seu corpo e seu desejo apenas mediante o intermédio do outro, representante do Outro.

A partir daí, o esquema óptico passou a ser utilizado com vistas a representar em termos objetivos questões subjetivas, especialmente aquelas ligadas à constituição da imagem corporal. Assim, a apresentação óptica do estádio do espelho nunca deixou de ser uma referência no tocante à especularidade e foi sendo modificada à medida que a teoria lacaniana avançava.

A última versão conhecida do estádio do espelho aparece desdobrada na *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache*, encontrada nos *Escritos*, e ao longo dos *seminários 10 e 8, A transferência e A angústia*, respectivamente. Nestes textos, encontra-se em relevo a importância do olhar do Outro para a construção da imagem especular e, por conseguinte, do sentimento de corpo próprio.

Em virtude da importância para a temática central desta dissertação, serão desdobradas nesta ocasião as três apresentações dos esquemas ópticos na teoria lacaniana. A elas nos ateremos ao longo do próximo tópico e no último capítulo da dissertação, a fim de elucidarmos o leitor a respeito do poder estruturante atribuído à imagem e ao olhar.

2.2. Quando olhamos não vemos: a constituição do corpo a partir da imagem especular

Após uma breve síntese histórica, precisamos avançar em outros aspectos ainda não abordados sobre o estádio do espelho. Uma vez que, nesta dissertação, debateremos a respeito da importância do olhar do Outro para a construção de uma imagem corporal unificada, discorrer sobre os conceitos de olho e de olhar possui, então, notória relevância.

Ao abordarmos a temática do olho e do olhar, percorreremos, de início, um breve caminho na história da óptica. Derivado do grego *optike*, o termo pode ser traduzido como “relativo à visão” e assumir concepções diversas. A fim de que possamos compreender a significativa modificação de perspectiva sobre a visão e o olhar, ocorrida após o surgimento da teoria psicanalítica, adotaremos uma concepção ampliada sobre o tema.

Com efeito, não tomaremos uma compreensão única de óptica. Diferentemente do que propomos aqui, essa é quase exclusivamente associada a uma das áreas de estudo da física, responsável pelos estudos dos fenômenos envolvendo a luz, seja em interação com o meio e os objetos dele ou não.

Por outro lado, seguiremos um entendimento de que, no fenômeno óptico, encontram-se envolvidos diferentes aspectos subjetivos, e não apenas um objeto, um olho que pode vê-lo e um meio entre eles. Assim, a representação do objeto depende tanto das condições do ambiente

e dos aspectos fisiológicos do olho enquanto órgão, como do aparelho psicológico do observador.

A respeito do aspecto subjetivo em particular, deter-nos-emos mais adiante. Em um primeiro momento, não iremos adentrar nas compreensões psicológicas envolvidas no fenômeno óptico, pois são elas concepções modernas, oriundas de um longo processo de desenvolvimento e sistematização das teorias da visão.

Por entendermos que não se poderia dar conta do amplo número de perspectivas existentes sobre o assunto, foi feita a escolha de algumas das principais teorias de filósofos e cientistas da visão, frente à importância dessas para chegarmos ao atual entendimento sobre o olhar.

A busca pela compreensão sobre o referido tema, levou a observância de que, ao longo da história, a óptica foi, frequentemente, uma das questões de central interesse do homem. Relatos a demonstrarem o fascínio e a curiosidade sobre o ato de ver já apareciam desde a época dos primórdios da escrita, quando se falava a respeito do arco-íris.

Há, como essa, várias outras evidências do deslumbramento humano a respeito do escópico, dentre as quais podemos destacar o particular interesse dos chineses em investigar os fenômenos da radiação e da reflexão da luz. Isso se deu por volta de quatro a.C., segundo Lindberg (1976).

A importância dada a questão do olhar, no entanto, só culminou na elaboração de uma ciência da visão séculos depois. O estudo sistemático dos aspectos envolvidos no fenômeno óptico, deu-se somente na Grécia antiga. Foi apenas com o advento da doutrina aristotélica que uma teoria, propriamente dita, foi concebida.

Antes de Aristóteles, um dos primeiros a produzir algo sobre como os seres enxergavam o mundo das coisas foi Platão. Apesar disso, não houve uma preocupação dele em debruçar-se exclusiva ou preferencialmente em tal questão. Algo que aparece representado no fato de que, nos textos platônicos, há apenas trechos a abordarem a questão do olhar, os quais se encontram em textos escritos, geralmente, sobre assuntos outros.

Observamos, assim, o fato de, naquele momento da história, o desenvolvimento das hipóteses sobre o escópico andar de mãos dadas com a tradição filosófica. Ela tinha três matrizes principais de pensamento: a médica, a física ou filosófica e a matemática. Nas *Teorias da Visão de Al-Kindi a Kepler*, Lindberg (1976) analisa que:

A despeito de qualquer justaposição, essas três tradições parecem conter o grande corpo da óptica grega: uma tradição médica, concernente primariamente com a anatomia e a fisiologia do olho, e o tratamento das doenças do olho; uma tradição

física ou filosófica, voltada para as questões epistemológicas, psicológicas e de causalidade física; e uma tradição matemática, dirigida principalmente para uma explicação geométrica da percepção do espaço. Posteriormente, quando a civilização grega entrou em declínio, essas mesmas três tradições foram transmitidas para o Islã e o cristianismo latino, que abasteceram tanto com estruturas quanto com materiais a ciência da óptica medieval. Portanto, para se compreender as teorias da visão [...] devemos referir ao pensamento grego (p. 1).

Dentre as concepções predominantes na Grécia antiga, as de Platão e as de Aristóteles certamente merecem destaque, visto como elas influenciaram toda a corrente filosófica e médica existentes posteriormente. Ambos os filósofos desenvolveram concepções baseadas na teoria da emissão, de acordo com a qual se acredita que é devido à existência da luz que a própria vista do mundo pode se dar.

Em linhas gerais, essa era uma forma de pensamento predominante à época e consistia na ideia de que, do olho, emanaria um raio de luz de fogo, o qual possibilitaria a visão dos objetos ao ser associado com outros elementos presentes no meio e nas coisas. Cada um dos filósofos deu, entretanto, direções distintas à compreensão sobre os aspectos envolvidos nesse processo entre o olho do observador, o meio e o objeto.

O pensamento platônico, apesar de seguir autores como Alcmeón de Crotona e sua proposição do “fogo intraocular”, avança na criação de uma teoria própria sobre a visão. Segundo ela, os olhos serão caracterizados como “porta luzes”. Eles passam a ser vistos como emissores de um fogo. Este, ao se encontrar com a luz do dia, vincular-se-ia a ela, produzindo uma matéria capaz de se fundir com o que emana do objeto, possibilitando a visão deste.

O ato de ver depende, ainda, de outra coisa, enuncia Platão:

O fogo puro que há dentro de nós, irmão do outro, fizeram com que ele corresse pelos nossos olhos com suavidade e de modo contínuo, pelo que comprimiram ao máximo o centro dos olhos, de tal forma que sustivesse a outra espécie mais espessa, na sua totalidade, e filtrasse apenas esta espécie pura. Deste modo, quando a luz do dia cerca o fluxo da visão, o semelhante recai sobre o semelhante, tornam-se compactos, unindo-se e conciliando-se num só corpo ao longo do eixo da visão; o que acontece onde quer que aquele fogo que sai do interior contacte com o que vem do exterior. Assim, gera-se uma homogeneidade de impressões, pois o todo é muito semelhante; se esse todo tocar em algo ou se algo tocar nele, distribui os seus movimentos por todo o corpo até à alma, e produz a sensação a que nós chamamos “ver” (PLATÃO, 2011, p.124).

Na passagem de *Timeu*, Platão não só descreve o modo pelo qual ocorre a sensação de enxergar algo presente no meio, mas também afirma que isso só é possível devido à similitude entre o raio de luz, proveniente do ambiente, e a luminosidade do fogo, advinda do olho. Assim, o fogo existente no olhar permitiria o reconhecimento da luz proveniente do exterior devido à

semelhança existente entre as duas formas de luminosidade, sem a qual o reconhecimento do mundo sensível não seria possível.

Ao observar as construções realizadas pelo filósofo, podemos depreender a significativa importância atribuída ao sol e à luz dele proveniente como aspectos imprescindíveis para os humanos serem capazes de perceber às sensações oriundas do meio pelo órgão ocular.

Aristóteles foi outro pensador a adotar o pensamento de que é devido à existência da luz que a própria vista do mundo pode se dar. Para ele, a questão central do fenômeno visual deixa de ser o fogo emanado pelo globo ocular, dando lugar à importância do meio a circundá-lo. A teoria platônica da emissão é, assim, modificada.

Ainda que permaneça considerando a luz essencial para o ato de enxergar, o filósofo não só desloca, como dito anteriormente, o foco de interesse para a observância do meio, como atribui a esse uma qualidade específica e fundamental à visão, a transparência. A própria constatação da existência de um objeto pelo observador fica condicionada à existência de um meio transparente e, assim, adequado para transmitir os raios visuais.

A constatação aristotélica foi ainda mais longe no distanciamento das ideias platônicas ao afirmar que a percepção dos corpos materiais depende também de uma propriedade inerente a esses, a cor. Ela seria capaz de alterar a transparência do meio de modo que ela e, por conseguinte, o objeto, poderiam afetar o órgão da visão e serem percebidos pelo observador.

No momento inicial da história da óptica, não havia, entretanto, qualquer separação expressiva quanto aos aspectos objetivos e subjetivos envolvidos no fenômeno óptico. A própria nomenclatura usada para abordar as questões ligadas ao olhar, o termo fenômeno, deriva de *phaino* que, segundo Quinet (2004, p.17), “remete a *phaós* (luz, luz dos astros e especialmente do sol, luz do olhar, do fogo, e também vir à luz, nascer)”.

Nesse momento, o interesse pela anatomia do olho também era inexistente. Mesmo séculos depois, em 300 a.C., Euclides, outro pensador a elaborar uma teoria da visão, também negligenciou a problemática. Ele foi o principal representante da tradição matemática, a qual, segundo Tossato (2005, p. 422), buscava “geometrizar o que se visualiza pelo uso de retas e ângulos num espaço tridimensional”.

A fenomenologia da visão do objeto de acordo com a concepção euclidiana focalizava, sobretudo, no fato de a perspectiva de um objeto ser determinante para a percepção visual dele. Assim, essa matriz de pensamento centrou seu âmbito de interesse na influência que a localização do corpo material, em relação ao observador, exerce na visualização do mesmo.

Enquanto isso, o estudo sobre a fisiologia do olho como órgão assumirá lugar de destaque com Galeno de Pérgamo (129-199). Ele se baseou, para tal, na teoria da emissão e do *pneuma*

óptico²³, criada pelos estoicos. De acordo com ele, o cristalino assumirá um papel singular e será caracterizado como a parte do olho responsável pela formação das imagens.

O significativo avanço na óptica ocorre, entretanto, no século XI, quando Alhazen (Ibn El Haithan El Hassen) formula uma teoria inversora da lógica existente até então. Ele modifica a perspectiva de um olho a emanar algo e subverte isso numa lógica de intromissão. A partir daí, o globo ocular passa a ser compreendido como um receptor de informações, sensível às sensações suscitadas pelo meio, porém sem ação direta sobre este.

De acordo com esse entendimento, a percepção dos objetos pelo olho pode se dar não só devido ao fenômeno da reflexão da luz pelos corpos, mas, especialmente, graças ao processo de refração. Ao mesmo tempo, o que possibilita a visão é o fato de a luz e a cor, presentes no objeto observado e emanadas por ele, afetarem diretamente ao olho, enquanto que as propriedades correspondentes a outros materiais existentes no meio são refratadas ou redirecionadas para além do órgão visual.

Sem contradizer à teoria da refração, em 1571, surgiu Johannes Kepler, o teórico que, décadas depois, mudaria para sempre os rumos da óptica. Com formação em matemática, os interesses dele estavam voltados para concepção de uma teoria da visão baseada nos fundamentos da óptica. Para além das questões anatômicas a envolverem o órgão da visão, o foco do autor encontrava-se na busca pelo entendimento sobre como os raios luminosos, provenientes do meio, convergiam sobre o olho, formando a imagem do objeto observado.

Por outro lado, não havia uma preocupação com o que ocorreria em um momento posterior a essa construção imagética. Os efeitos do campo visual a serem verificados restringiam-se apenas aos aspectos objetivos, a partir da observância sistemática da correspondência entre o ponto de origem dos raios e como estes afetavam a todas as partes do olho, afirma Lindberg (1976).

Como resultado dos estudos empreendidos, a concepção de que a parte do olho responsável pela visão do objeto é o cristalino deu lugar à concepção de que, na realidade, esse papel pertence à retina. Ao mesmo tempo, segundo Quinet (2004, p.27), o olho passou a ser visto como um aparelho óptico, “uma câmara escura com uma abertura, a pupila, um diafragma, a íris, uma objetiva convergente, o cristalino, e a tela onde se forma a imagem, a retina”.

De acordo com Lindberg (1976), o primeiro a estabelecer uma relação de analogia entre o olho e o experimento da câmara escura fora Della Porta, em 1589, na publicação intitulada

²³ Substância originada pela junção do fogo proveniente do olhar com o ar ao redor, quando ele encontra-se iluminado pela luz solar.

Magia Naturalis. A importância disso à elaboração de uma teoria da visão, no entanto, só foi reconhecida por Kepler. As descobertas sobre a formação de imagens na retina foram cruciais para que houvesse o distanciamento de uma perspectiva puramente filosófica sobre a visão e a elaboração de uma ciência a respeito.

Em uma concepção mais atual, o olho como órgão pode ser definido como sendo uma:

Estrutura esférica que se organiza de acordo com a curvatura delimitada à frente pela córnea e no interior por um meio transparente. Aí se encontra, indo grosseiramente da fachada ao interior, o cristalino, espécie de lente biconvexa situada por detrás da pupila, numa extremidade, e da retina, na outra – estando as duas separadas pelo vítreo [...] É a retina na sua parte neuro-sensorial que, com a ajuda dos seus fotorreceptores e das células nervosas – células visuais chamadas cones e bastonetes –, acusa a recepção de raios luminosos e conduz a informação visual, pela via do nervo óptico, ao cérebro (ASSOUN, 1999, p. 35-36).

Com efeito, o sistema visual resulta do desenvolvimento do sistema nervoso central. E mesmo que esteja presente no sujeito desde o sétimo mês de gestação, os olhos passarão meses sem conseguir manterem-se fixos em algo, de forma voluntária. Precisam de um período, após o nascimento, a fim de adquirirem completa evolução.

Ao mesmo tempo, para que a visão possa se dar, é necessário que o bebê seja capaz de fazer uma junção, ao longo da retina, entre o visto pelos olhos dele, de modo a constituir uma única imagem. A imagem chega à retina fragmentada. É o cérebro, mais precisamente o sistema nervoso central, que “finaliza” a imagem como um todo.

Para as capacidades oculares serem alcançadas, Gayton (1967 *apud* QUEIROZ, p.48, 2007) indica ser imprescindível o desenvolvimento de “um sistema de controle cerebral que permita dirigir os olhos até o objeto que se deseja ver e, ao mesmo tempo, desenvolver um sistema para interpretar os dados visuais”. Isso possibilitará ao sujeito a movimentação ocular e a manutenção do foco, quando houver o desejo de enxergar algo.

Há uma diferença fundamental entre estas proposições advindas de teorias balizadas em aspectos fisiológicos e das trazidas por Lacan, especialmente desde os seminários proferidos nos anos de cinquenta e três e cinquenta e quatro. Estas já apontavam a diferença existente entre a visão e o olhar em aspectos outros, inconscientes. E com isso, trouxeram a ideia de uma psicanálise que se encontra preocupada com uma “anatomia” outra.

De acordo com a teoria psicanalítica, ainda que se apoiem sobre a mesma fonte somática, ver e olhar não se confundem. Este é “[..]outra coisa: qual seja, a expressão dos olhos, a maneira de olhar e, por aí, de encarar o mundo. [...] não é somente perceber, mas prestar atenção,

considerar [...]” (ASSOUN, 1999, p.36). Ao mesmo tempo, caracteriza-se como um objeto que incide, inicialmente, do exterior em direção ao sujeito.

Para desenvolver esse entendimento sobre o olhar como advindo de fora, a teoria lacaniana baseou-se, em parte, na metafísica do visível e do invisível de Merleau-Ponty (1984), que falava da visão enquanto ligada às capacidades cognitivas e perceptivas, bem como de um olhar pré-existente.

De acordo com *A fenomenologia da percepção* de Merleau-Ponty (1984), o olhar está intimamente ligado à própria capacidade de vidente do sujeito, na medida em que, tal como o ver, ambos pertencem ao mundo sensível e só se justificam a partir da experiência, da ação própria do ser em meio ao mundo. Ao olhar as coisas, o indivíduo percebe-as, articulando o visível e o invisível. Este já está no mundo, podendo ser desvelado a partir da percepção.

É na contramão a este entendimento que se fundamenta a teoria lacaniana. De acordo com ela, a visão se encontra ligada à imagem e não à coisa, observa Nasio (1995). Ao mesmo tempo, o olhar não é um objeto do mundo perceptivo, e sim invisível e inapreensível, pois é proveniente do campo do Outro e, por isso, diante deste olhar, somos sempre passivos.

Ainda que o olhar possa estar presente no direcionamento ocular da mãe em relação ao bebê, trata-se também da dimensão relacional e do investimento libidinal, subjacentes aos cuidados empreendidos por ela, podendo estar presente nas ocasiões em que ela acalanta o filho e dirige para ele a sua voz, por exemplo.

Com efeito, antes de se constituir como vidente, o infante necessita da mirada proveniente do Outro, do reconhecimento que provém desta. Precisa que lhe seja dirigido um olhar repleto de desejo, capaz de lhe capturar a atenção. Por meio dele, o agente materno lança sobre o recém-nascido significados para os gestos e os sons provenientes de seu corpo, criando para ele a ilusão de ser representado pelos dizeres emanados em sua direção.

Nesta etapa de prematuridade psíquica e orgânica em que o recém-nascido se encontra, inexiste uma separação do mundo ao redor. Tampouco há a noção de integração corporal. Sobre isso, Lacan (1953-54/1983) atenta para o fato de que:

[...] o processo da sua maturação fisiológica permite ao sujeito, num dado momento da sua história, integrar efetivamente suas funções motoras, e aceder a um domínio real do seu corpo. Só que, é antes desse momento [...] que o sujeito toma consciência do seu corpo enquanto totalidade (p.96).

Para o autor, a etapa do desenvolvimento na qual isto acontece coincide com a época do declínio do desmame – dos seis até os dezoito meses – e é denominada de *Estádio do Espelho*. A escolha de um período definido deu-se levando em conta o tempo necessário para que a

maturação do órgão da visão – concluída aos sete meses de gestação – possa se conjugar com a capacidade de avistar nitidamente um objeto, algo que só ocorre por volta de seis meses após o nascimento.

A nomenclatura utilizada não buscou fazer alusão ao material concreto, e sim que diversas superfícies podem ter a propriedade de refletir uma imagem, inclusive a face do semelhante. Ao mesmo tempo, o estádio do espelho não representa somente uma simples fase no desenvolvimento do sujeito. Trata-se da transformação que é produzida no recém-nascido a partir da identificação com a imagem especular. Por meio dela, ocorre uma ruptura na total prematuridade do recém-nascido e se inicia o processo de constituição do psiquismo com o advento da “conquista da unidade funcional de seu próprio corpo, ainda inacabado [...] no plano da motricidade voluntária” (LACAN, [1948/1998], p.115).

Ao mesmo tempo que a imagem é distinta do corpo como organismo, ela é necessária para a formação deste. A identificação com a imagem possibilita a admissão do percebido como realidade absoluta e um primeiro reconhecimento da forma do corpo. Assim, a formação da representação no espelho põe em relevo os primórdios da subjetivação ao antecipar algo de UM corpo que ainda não está propriamente lá.

É o Outro que dá à imagem seu estatuto de unidade, pois o infante não possui ainda as condições necessárias para fazer isso por conta própria. Por meio da relação sustentada no olhar e na voz do Outro, a apreensão que o bebezinho tem do corpo se modifica. A forma desintegrada de si passa a ser, gradativamente, percebida como unificada e compreendida como uma *Gestalt*, uma totalidade.

Vale notar que a imagem virtual na qual o bebê se reconhece em nada parece com aquela cheia de detalhes vista pelos seres adultos. Em seu livro sobre a imagem e o corpo, Nasio (2009) ressalta que ela se aproxima de uma figura unificada, uma espécie de sombra e contorno os quais remetem à forma do ser humano.

Ao mesmo tempo, por meio de tal representação, é formada uma borda corporal, que impõe uma separação progressiva entre o interno e o externo. A partir dessa mediação propiciada pela imagem, o infante passa a identificar o que lhe é próprio e a estabelecer uma relação com a realidade.

Com efeito, ao final da experiência especular, a *imago* exercerá outro efeito estruturante sobre o psiquismo. Por meio da função de mediação entre o *Innenwelt* (interno) e o *Umwelt* (do mundo) propiciada por ela, o bebê consegue realizar uma separação progressiva entre ele e a realidade ao redor e, com isso, o eu próprio a esse momento subjetivo – o eu [*moi*] – será formado.

Para Lacan ([1953-54/1983], p. 95-96), “o domínio próprio do eu primitivo, *Ur-ich* ou *Lust-ich*, se constitui pela clivagem, pela distinção com o mundo exterior [...]”, que se dá por meio do engodo de identificação com a imagem refletida. Há, portanto, certa continuidade entre a imagem e o eu [*moi*], conferindo-lhe uma estruturação imaginária e atrelada ao narcisismo.

A respeito do processo de formação do eu, Lacan (1953-54/1983) diz ainda que:

É a partir dessa função imaginária que podemos explicar o que é o ego na análise. Não digo o ego na Psicologia, onde ele é função de síntese, mas o ego na análise, função dinâmica. O ego aí se manifesta como defesa, recusa. Aí está inscrita toda a história das oposições sucessivas que o sujeito manifestou à integração daquilo que se chamará em seguida na teoria, em seguida somente, suas pulsões as mais profundas e as mais desconhecidas. Em outros termos, nesses momentos de resistência tão bem indicados por Freud, apreendemos aquilo através de que o movimento mesmo da experiência analítica isola a função fundamental do ego, o desconhecimento (p.67).

Ao ser (e)feito do reconhecimento em uma imagem construída a partir da relação imaginária estabelecida com o Outro, a instância do eu não é passível de conhecimento. Assim, o sujeito não só desconhece a respeito da própria origem do psiquismo, como também não se dá conta disso.

Em todo caso, a constituição do eu aponta-nos a notória importância da imagem construída ao longo do estágio do espelho, não só para a construção da noção de UM corpo, mas também para o andamento de todo o desenvolvimento psíquico, que será uma sequência desencadeada, em parte, por esta representação primeira.

Podemos depreender dessas construções lacanianas, primeiramente, a notória importância do outro como semelhante. A constituição da imagem corporal do sujeito dependerá tanto da existência de um cuidador a exercer o papel de Outro primordial, como do fato de que a presença daquele possibilita a visão de um ser humano integrado, no qual o bebê poderá se espelhar com vistas à aquisição do domínio motor que lhe falta. Para além de uma mera percepção cognitiva, a imagem do outro é capaz de produzir efeitos na constituição psíquica.

É interessante atentarmos ao efeito de fascínio exercido pela imagem do semelhante no recém-nascido. Mesmo antes da maturação do sistema visual, ou seja, de um alcance minimamente necessário da capacidade de enxergar, o bebê já demonstra um interesse diferenciado em relação ao rosto humano, especialmente o da sua mãe.

Para Lacan (1998, p.187), é devido ao prematuro desenvolvimento neurológico do homem que “a maturação precoce da percepção visual adquire seu valor de antecipação

funcional. Daí resulta, por um lado, a acentuada prevalência da estrutura visual no reconhecimento muito precoce, como vimos, da forma humana”.

Com uma preocupação para além de questões do desenvolvimento humano e do estabelecimento fisiológico do bebê, conquanto não se esquecendo da sua relevância, a teoria lacaniana deu a importância dos iniciais contatos do bebê com o cuidador, que exerce a função materna, e sua relação com as funções visuais. Elas foram tidas como preponderantes quanto ao progresso mental, em detrimento de outras, desde o início das teorizações sobre o estágio do espelho.

Ao longo do ensino lacaniano, no entanto, a visão será cada vez mais distanciada do conceito de olhar. Este será associado à ação de uma pulsão escópica, a qual se encontra, de acordo com Queiroz (2007), necessariamente ligada a uma energia libidinal e a um afeto capazes de causar transformações orgânicas.

Assim, a teoria sobre o espelho avançou para o entendimento de que apenas avistar o outro como ser encarnado em um corpo integrado não poderia constituir fator único à identificação do bebê com uma imagem corporal²⁴ unificada. A constituição dela ocorre a partir da imagem virtual projetada pelo Outro.

A fim de elucidar como tal fenômeno ocorre no processo de constituição psíquica, Lacan propôs uma apresentação óptica para o estágio do espelho após o ano de 1954. De acordo com ele, “as ligações que ali irão aparecer, à maneira analógica, relacionam-se claramente [...] com estruturas (intra-) subjetivas como tais, representando a relação com o outro e permitindo distinguir nela a dupla incidência do imaginário e do simbólico” (1998, p.680).

Para compreendermos o que isso quer dizer, é indispensável, primeiramente, o entendimento sobre algumas noções da física. Uma delas é a definição de objeto e de imagem. O primeiro pode ser definido como sendo de onde partem os raios luminosos, convergentes em direção à superfície espelhada. A imagem, no entanto, é aquilo que é refletido por esta, de maneira tal que cada ponto dela corresponda a um ponto do objeto.

Ao mesmo tempo, o que se formar na frente do espelho será tomado como real, contrapondo-se ao virtual, representado por tudo aquilo que se constitui atrás do espelho. O que será percebido como objeto ou imagem, real ou virtual, dependerá, portanto, da relação com a superfície refletora.

Dito isso, retomemos ao que nos interessa, a utilização do esquema óptico como uma metáfora ao modo como é construída a relação do sujeito com o próprio corpo. Para

²⁴ Segundo Nasio (2009), o termo “imagem do corpo” surgiu apenas em 1938, com a publicação de mesmo nome do psicanalista Paul Schilder.

fundamentar essa perspectiva, a teoria lacaniana utilizou, por quase uma década, o esquema do buquê invertido criado por Henri Bouasse, em 1934, no estudo “*Optique et photométrie dites géométrique*”.

O experimento físico consiste em posicionar uma pequena caixa oca e aberta numa determinada distância de um espelho côncavo. E, em seguida, pôr sobre ela um vaso situado em um ponto, o qual coincida com o centro da esfera. Como última etapa da organização, deve ser colocado sob ela um ramalhete de flores, não visível para o observador, devido à posição da caixa.

Após ser feita tal disposição, o buquê real (na acepção usual do termo) é refletido pelo espelho côncavo. Quando isso acontece, as flores apresentam-se de forma invertida e aparecem como uma imagem real que, ao incidir sobre o gargalo do vaso vazio, faz com que o observador veja dentro deste um ramalhete de flores imaginário.

A acomodação dos objetos e do espelho permite a um olho, localizado em certo ponto à frente dele, ver como real a imagem virtual de um vaso com flores. Tal organização pode ser observada na seguinte figura:

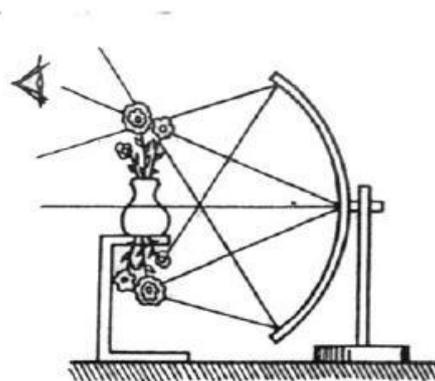


Figura 3 - esquema do buquê invertido

Assim, a percepção de uma forma única, composta pela integração da imagem com o objeto real, é uma construção que só poderá ser feita caso haja alguém com o olho situado no interior do cone de emissão, formado pelos raios provenientes da superfície espelhada.

Com efeito, a constituição da imagem corporal é decorrente da antecipação virtual feita pelo outro, semelhante encarnado, quando este se encontra dentro do campo do cone. Isso constitui uma metáfora para representar, na dialética do estádio do espelho, o fato de o posicionamento dos pais ser determinante à percepção que terão do filho e, por conseguinte, à qual este apresentará de si mesmo.

Assim, a representação do casal parental por meio do órgão da visão busca fazer alusão ao fato de que é numa localização específica, num determinado posicionamento, que esse vai ver formar como um só conjunto as potencialidades a serem desenvolvidas pelo bebê e as competências já existentes nele.

Ao partirmos de tal perspectiva, depreendemos que, diferentemente do organismo, o corpo é constituído a partir de algo que o infante não possui, situado para além de sua realidade orgânica, e que só lhe é dado pelas projeções feitas pelos pais, a imagem. No momento logicamente anterior ao estágio do espelho, o bebê não é vidente, e sim sujeito do olhar do casal parental.

Para elucidar-nos a respeito disso, Laznik (2004) propõe uma versão diferente do esquema de Bouasse. Nela, as flores passam a ser representadas pelo “rei-bebê” – idealizado pelos pais – e este encontra-se como se estivesse sentado em um “trono”, que é, no caso, um penico, como podemos observar na figura:

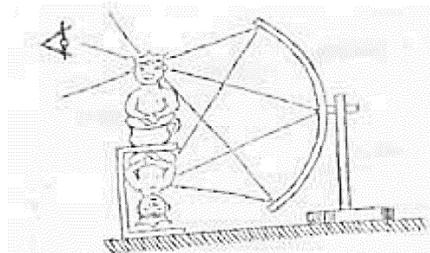


Figura 4 - modificação do esquema do buquê invertido proposta por Laznik

Na origem da formação da imagem unificada encontramos, portanto, a conjugação do investimento libidinal dos pais com o organismo do ser em processo de maturação. É na medida em que o objeto real – o corpo do bebê – se une com a projeção do olhar dos pais que é formada uma *imago* constituída como UM todo integrado.

No esquema de Bouasse retomado por Lacan (1953), isso encontra-se metaforizado por meio do vaso repleto de flores, as quais, apesar de serem imaginárias, aparecem como reais, representando algo que não está ali, tal como a imagem especular faz para o infante.

Nesse sentido, segundo Crespim (2004), podemos considerar:

[...] que o vaso representa o real do corpo do bebê no nascimento (bebê real), que as flores representam os objetos do desejo inconsciente maternal (bebê imaginário), e que o resultado dessa montagem no olhar da mãe constitui a imagem à qual o bebê irá se identificar (p.37).

Por outro lado, é preciso lembrar que, inicialmente, para o bebê trata-se de “uma anti-imagem, pois não há, propriamente, constituição de uma imagem visível, de um campo visual em que todas as imagens tenham uma consistência própria e nas quais seria possível distinguir nitidamente os elementos de cada totalidade”, ressalta Quinet (2012, p.13).

Em um primeiro momento, as imagens parecem incongruentes para o bebê e não são percebidas por ele como inteiras. Ao mesmo tempo, elas são tomadas como algo real, concreto. A percepção existente neste momento de precocidade psíquica é possível de ser constatada, ao se observar a tentativa do *infans* em se aproximar da imagem refletida no espelho, buscando, por vezes, tocá-la.

Antes da passagem pelo *stadium*, a imagem virtual refletida no espelho e o outro real, semelhante encarnado, não são tidos como análogos pelo bebê, ou seja, não há o reconhecimento de que o reflexo no espelho é o do ser humano próximo a ele. É só em um momento posterior que a diferenciação total feita pelo infante entre a origem da representação – o adulto a segurá-lo – e a imagem projetada na superfície espelhada, dará lugar a ideia de certa continuidade entre eles.

Apesar de tal avanço perceptual, a criança não consegue identificar-se com a imagem projetada. A própria imagem é percebida por ela como Outra, uma estrangeira, estranha e distinta, pois contradiz à falta de unidade sentida. Em outros termos, na medida em que a imagem especular remete a uma unidade, o *déficit* orgânico se faz presente. Como resultado dessa incongruência, surge um estado tensional e um afeto de depressão.

Desse processo inicial de constituição da *imago* decorre, ainda, um sentimento de intrusão. No artigo intitulado *A Família*²⁵ (1987), Lacan abordou a respeito disso por meio de uma analogia com a ocasião na qual se dá a chegada de um irmãozinho no seio familiar. Assim como o novo bebê é percebido pelo primogênito como um intruso na relação dele com a mãe, a formação da imagem corporal faz emergir um estranhamento no infante, pois um corpo unificado lhe é atribuído pelo outro, quando ele ainda não consegue reconhecê-lo como próprio.

Ao se deparar com o reflexo de si mesmo no espelho, o bebê se aflige ante a novidade de uma imagem que captura e fascina a ele, de maneira intensa. Sem ter a certeza de similitude àquela representação imagética, procura algo que lhe traga calma diante do turbilhão de afetos

²⁵ No referido artigo, encontra-se o mesmo texto que o presente nos *Complexos Familiares*. Trata-se apenas de uma questão da tradução, no tocante à época em que tais publicações foram feitas no Brasil.

suscitados pela incongruência entre o despedaçamento²⁶ sentido internamente e a unidade daquela representação.

Uma vez que o sujeito não vê a si mesmo, vira-se para o adulto que o acompanha e busca, pelo olhar, certificar se é realmente ele ali refletido. Na trama do estádio do espelho, portanto, “há sempre três protagonistas: a criança, sua imagem e o adulto que a segura nos braços” (NASIO, 2009, p.88).

Para representar o sujeito que olha e pode reconhecer a si mesmo na imagem projetada no olhar do Outro, a teoria lacaniana realizou uma modificação no experimento de Bouasse. A versão inicial deste dispositivo, entretanto, não fora completamente descartada. Segundo Cabassu (1991), essa passou a indicar um momento logicamente anterior ao estádio do espelho, necessário à constituição de uma base subjetiva diante da qual possa ocorrer uma primeira estruturação psíquica.

Assim, a nova versão do esquema óptico, apresentada ainda no *Seminário 1*, passou a tratar da representação da experiência especular propriamente dita. O vaso foi transferido para a parte interna da caixa, invertendo-se a ordem dos objetos. A ilusão produzida pelo reflexo passou a ser, então, a de um vaso invertido, vindo a conter o buquê de flores acima dele:

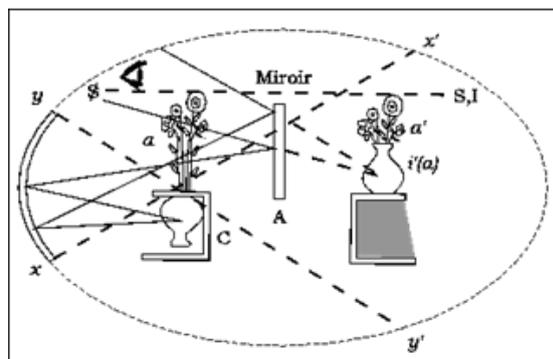


Figura 5 - Esquema dos dois espelhos

A fim de que tal ilusão se produza, segundo Lacan (1961/1998):

É preciso imaginar, [...] (1) que o vaso está no interior da caixa e que sua imagem real vem a circundar com seu gargalo o buquê de flores já montado acima dele [...] (2) que um observador situado em algum lugar dentro do aparelho, digamos, entre as próprias flores, ou, [...] na borda do espelho esférico – de qualquer modo, fora de alcance para discernir a imagem real – busca realizar sua ilusão na imagem virtual que um espelho plano, situado em A, pode dar da imagem real, o que é concebível sem forçar as leis da óptica (p.681).

²⁶ O despedaçamento corporal experimentado pelo sujeito pode ser observado, por exemplo, nos sonhos contendo partes separadas de membros.

Com essa mudança, observamos a introdução do espelho plano e a alteração na posição do olho do sujeito para a borda do espelho esférico, a uma determinada posição entre as duas superfícies refletoras, de onde será possível ver a imagem virtual, $i'(a)$, no espelho plano.

A posição do olho na borda do espelho indica a impossibilidade do sujeito para perceber diretamente a imagem real, $i(a)$, produzida pelo espelho côncavo. Inexiste uma visualização direta dos objetos reais pelo sujeito. Estes só são vistos de modo integrado, como um vaso a conter um buquê, por meio da imagem virtual, construída a partir de $i'(a)$, ou seja, “o que a ilusão do espelho esférico produz à esquerda em estado real, sob a forma de uma imagem real, é algo de que o homem tem apenas a imagem virtual, à direita” (LACAN, 1998, p.51).

Não há acesso à imagem senão pela projeção no espelho plano, representante da dimensão do Outro no esquema óptico. É possível depreender disto o fato de o sujeito ter pouco acesso a realidade do próprio corpo, representado no esquema pelo vaso no interior da caixa, devido à desordem neuro-motora em que se encontra ao nascer.

Ao mesmo tempo, a imagem que o sujeito vê refletida na superfície espelhada é fragmentada ou integrada a depender de onde ele se encontra situado. A esse respeito Lacan (1953-54/1983) diz que:

[...] para produzir uma ilusão de realidade, uma ilusão real [...] É preciso que vocês se encontrem colocados num certo ângulo. Sem dúvida, segundo as diferentes posições do olho que olharia, poderíamos distinguir certos números de casos que nos permitiriam talvez compreender as diferentes posições do sujeito em relação à realidade. Certo, um sujeito não é um olho, eu lhes disse. Mas esse modelo se aplica porque estamos no imaginário, onde o olho tem muita importância (p.146).

É do Outro que partem as diretrizes a determinar para o observador, representado pelo olho do sujeito, a localização na qual deve situar-se, para ser capaz de vislumbrar a forma do próprio corpo. O recobrimento da materialidade do organismo depende da ilusão sustentada por um Outro que vê o bebê como detentor de uma unidade corporal, tal qual o vaso e as flores do esquema são tomados, por aquele que os olha, como um vaso a conter as flores.

Com efeito, o olho passou a representar algo além do órgão suporte da visão: uma metáfora para o lugar do sujeito no simbólico, de onde ele poderá perceber a imagem e ser capturado por ela. Em outros termos, a capacidade de observar-se como um ser dotado de características semelhantes às da imagem projetada na superfície espelhada dependerá da posição do sujeito, fornecida pelas insígnias simbólicas atribuídas pelo Outro.

Para Soler (2002, p.75), “quando ele [o sujeito] se liga no Outro, o corpo significante invade o ser vivo. Obtém-se então uma zona de incidência em que o significante governa o corpo”. É a palavra, a troca verbal, que é responsável pela constituição do ser em desenvolvimento como um sujeito que vê.

Logo, ainda que dependa de uma relação imaginária, especular, para reconhecer-se, o infante também precisará do estabelecimento da relação simbólica com o Outro. Organiza-se, deste modo, uma dialética especular aonde há uma comunicação propiciada pela troca de olhares e sustentada pelas leis da linguagem.

Assim, para que se estabeleça o sentimento de unidade, não basta apenas a maturação do corpo natural, regido pelo genoma. A criança só se identifica numa forma unificada e destacada do fundo composto por vários objetos e reflexos, pois há o processo de nomeação simbólica.

Ao mesmo tempo, o olhar irá constituir-se como um importante objeto para o estabelecimento da ilusão da unidade corporal, pois, no momento aonde depara-se com o espelho, a criança não vê a si mesma de modo completo, a não ser pelas projeções imaginárias e atribuições simbólicas nele refletidas. Assim, o olhar é, antes de tudo, mais constituinte do que constituído, pois é por meio dele que o Outro Primordial põe em ação a função própria a ele, a da criação do sujeito e de um modo particular de perceber e se relacionar com o corpo.

A esse respeito, Lacan (1998) diz que:

O que se manifesta no triunfo da assunção da imagem do corpo no espelho é este objeto, o mais evanescente por só aparecer à margem: a troca dos olhares, manifesta na medida em que a criança se volta para aquele que de algum modo a assiste, nem que seja apenas por assistir a sua brincadeira (p.74).

Para a criança autista, no entanto, tal forma de relação dialógica parece não se encontrar estabelecida ou ao menos se apresenta pouco estruturada. Há algo que falha nesse “jogo” interacional entre o agente materno e o seu filho, dificultando a satisfatória formação de um laço entre eles. Acreditamos que isto pode se dar, em parte, devido à incidência da visão sobre o infante, mas não do olhar do Outro.

Como este está situado para além do olho enquanto órgão, “estudos comparativos com bebês cegos e bebês autistas evidenciam que o bebê cego tem um olhar, mesmo não tendo a visão, e que os bebês autistas, tendo a visão, não têm acesso ao olhar” (CRESPIN, 2004, p.59).

Uma vez que para a teoria lacaniana a vivência do corpo não é uma construção decorrente apenas da maturidade orgânica, mas também do olhar e dos significantes que advêm

do Outro, como seria possível o estabelecimento da noção de unidade corporal para os autistas, quando o olhar dos pais falha?

Na tentativa de responder à referida indagação, abordaremos no próximo capítulo uma terceira apresentação óptica do estágio do espelho. A partir dela, realizaremos um aprofundamento sobre a importância do olhar, para o estabelecimento da operação de alienação, com vistas ao entendimento dos efeitos da ausência desse à formação de uma imagem corporal integrada no autismo.

3. OS SUJEITOS AUTISTAS E SEUS CORPOS

A constituição da organização gestáltica do corpo não ocorre nas pessoas autistas. É nesta afirmação que chegam autores de diversas matrizes de pensamento teórico. Têm-se uma visão compartilhada, de certo modo, quanto à forma fragmentada como esses sujeitos estabelecem uma “relação” entre o próprio corpo e o meio ao redor. A compreensão da referida particularidade, entretanto, não torna mais fácil o consenso sobre o motivo pelo qual isso ocorre.

Com vistas ao entendimento dessa questão, neste capítulo buscaremos verificar na literatura psicanalítica as perspectivas dos autores sobre os efeitos da ausência do olhar do Outro à precária instalação da imagem corporal no bebê autista, assim como os impactos gerados na construção do sentimento de propriedade do corpo.

Para isso, partiremos da apresentação óptica do estádio do espelho presente no *Seminário X, A Angústia*, e de uma articulação desta com as construções posteriores da teoria psicanalítica, tanto de Lacan, quanto de autores contemporâneos, especialmente Laznik (2004), que versem a respeito do olhar na trama especular.

3.1. O olhar do Outro e o reconhecimento primordial

A fim de podermos avançar sobre a relação entre o olhar e a fragmentação corporal no autismo, faz-se imprescindível abordarmos sobre o processo de constituição da imagem especular, pois, como sabemos, a formação desta encontra suas bases no processo de maturação, porém independe somente dele.

A partir do *Seminário 10, A Angústia*, de Lacan (1963-64/2005) foram introduzidos novos entendimentos a respeito da função estruturante do olhar em relação à imagem, decorrentes dos avanços teóricos empreendidos nos anos subsequentes às primeiras apresentações do experimento óptico de Bouasse.

Lacan (1962-63/2005) revisitou o esquema da física e o reformulou, apresentando nesta ocasião uma nova versão da que havia no texto “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache”:

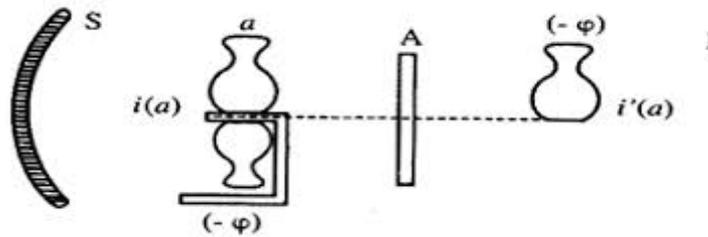


Figura 6 - segundo esquema óptico de Lacan

Podemos observar que não há mais o olho fazendo alusão à localização do observador, apenas vasos situados em diferentes lugares em relação aos espelhos, indicando o espaço virtual e o real. Ao mesmo tempo, tal como a figura apresentada no “relatório de Daniel Lagache”, a imagem virtual, $i'(a)$, continuará sendo aquela refletida no espelho plano, campo do Outro, responsável por autenticar a $i(a)$.

Nem tudo permanece igual, entretanto. O sujeito passará a ser representado pelo S. Bem como, a constituição da imagem real, situada no espaço embaixo do vaso, aparecerá como efeito de uma falta. Ela é caracterizada na figura pela ausência das flores na boca do vaso e pela introdução de $-phi$ ($-\varphi$) em seu lugar.

O $-\varphi$ nada mais é que uma forma de representar o falo. Esta imagem fálica, signo da castração do agente materno, indica que há um ponto cego, um resto da experiência especular, o qual retorna na imagem virtual introduzindo a dimensão da falta. Para Lacan (1998):

Isso significa que, em tudo que é demarcação imaginária, o falo virá, a partir daí, sob a forma de uma falta. Em toda medida que se realiza aqui, em $i(a)$, o que chamei de imagem real, imagem do corpo funcionando na materialidade do sujeito como propriamente imaginário, isto é, libidinizado, o falo aparece como a menos, como uma lacuna. Apesar de o falo ser, sem dúvida, uma reserva operatória, não só ele não é representado no nível do imaginário, como é também cercado e [...] cortado da imagem especular (p.49).

Como um corte na imagem, a ausência de representação da falta introduz o primeiro contato do sujeito com a castração. Ao apresentar-se como castrado para o filho, o agente materno permite a ele, num determinado ponto de sua constituição subjetiva, identificar a própria falta à falta constatada no Outro Primordial.

Diante do exposto, podemos depreender que a constituição da imagem especular está atrelada à instalação da falta na mãe, da submissão às leis da linguagem, que produz um resto,

o objeto a^{27} , pois a mãe só consegue ver o filho encarnando os objetos a , que viriam a completá-la, caso haja nela própria a inscrição da falta, $-\phi$. Para vê-lo como UM, é preciso que ela seja *não-toda*, detentora de um psiquismo capaz de antecipar o que não está lá. Com efeito, segundo Laznik (1997, p.47), “para que uma criança seja desejável para sua mãe, convém que seja portadora, aos seus olhos, daquilo que a ela falta”, o que só é possível se a falta inscrita na mãe permite-lhe destinar seu interesse para outros objetos além dela.

Isto se aproxima do que Freud destaca no texto *Introdução ao narcisismo*, em 1914: a importância de a criança ser colocada no lugar de “sua majestade, o bebê”. É neste ponto que podemos aproximar o olhar do amor, pois a mãe, tal como o amante faz com o amado, dota o filho de características que ele não possui. Por meio do olhar, ela vai lhe dar o que não tem, sua falta, assim como faz o enamorado em relação ao ser que é objeto de seu amor.

Em uma última versão do esquema óptico, isso está representado pela correspondência entre o objeto a da imagem real e o $-\phi$ da especular, tal como podemos observar na figura a seguir:

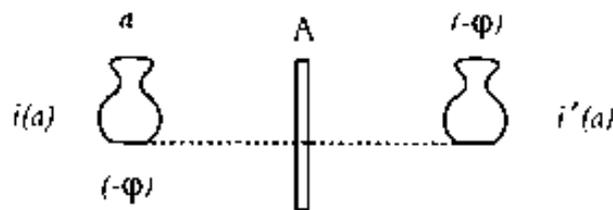


Schéma simplifié

Figura 7 - esquema óptico simplificado

De acordo com a perspectiva sustentada concomitantemente à introdução do esquema simplificado ilustrado acima, é possível depreender que a criancinha só pode ser idealizada quando há a inscrição da dimensão da falta para o Outro. É preciso notar, por outro lado, o fato de que nem o sujeito virá a corresponder, em absoluto, aos ideais maternos ou parentais, nem o agente materno conseguirá compreender aquilo que a criança quer em todas as ocasiões.

A imagem especular é constituída de modo invertido, dissimétrico, quando comparada à superfície do espelho, gerando um desencontro entre o remetente e o destinatário da “mensagem”, entre quem olha e aquele que é olhado. Faz-se presente, desse modo, a dimensão da falta no processo de constituição da imagem.

²⁷ Ele escapa à narrativa da teia significante, não tem substância e é um vazio inominável, impossível de ser totalmente capturado pelas malhas do simbólico.

Com efeito, o corpo, antes situado no esquema como o buquê de flores, não estará mais inscrito na imagem. Em seu lugar, virá um furo. Ele será uma metáfora a representar o fato de a imagem corporal não ser toda especularizável, pois o investimento libidinal do Outro, que a constitui, tem limite.

Ao mesmo tempo, a criança não vê na imagem o processo de constituição que lhe dá origem. Embora seja afetada pelos ideais parentais, ela não tem nem a consciência disso, nem a noção da distinção entre esses e o real de seu corpo, pois a imagem escamoteia o espaçamento existente entre eles. A imagem aparece no espelho como integrada, tendo velada a fenda que sua constituição implica.

Para Quinet (2004, p.11), “a realidade visual [...] é sustentada por essa cortina que vela tanto a falta no Outro como a presença do olhar que a conota”. É o olhar do Outro que produz tanto o encobrimento da insuficiência do organismo, quanto o da lacuna produzida no sujeito pelo encontro com o simbólico. Este efeito de véu, da incompletude do Outro e da própria, é a causa do sentimento de júbilo experimentado pelo bebê quando acessa à imagem.

Assim, é o olhar, e não apenas a imagem, que tem a função de antecipar à criança a totalidade formada pelo conjunto do corpo real desta e do investimento libidinal dos pais. É a articulação entre a mera realidade orgânica do bebê e o “olhar dos pais” que introduz a noção de um corpo constituído como um todo e faz com que o sujeito se regozije com o sentimento de estar vivo, de ter um corpo.

A importância do olhar constituinte do Outro primordial parece estar representada para Lacan (1998, p.685), sobretudo, “no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo ela já estava”.

É possível depreender que, em tal situação, a criança já reconhece a si mesma na imagem projetada no espelho e, por isso, demanda com seu olhar que alguém ratifique a primeira noção de identificação estabelecida. O movimento de busca pela criança depende da existência de um reconhecimento anterior, proveniente do olhar do Outro.

Consideramos, com Queiroz (2007), que o olhar tem diferenças no tocante à captura especular. Ele pode ser um olhar capturado, fisgado à revelia do bebê por algo externo, ou um olhar de captura, no qual já reside no infante uma vontade de fixá-lo em algo de seu interesse.

Assim, o surgimento de um olhar capturado – do bebê – indica o comparecimento de um primeiro reconhecimento, da existência prévia de um olhar de captura, dirigido pela mãe, que vê no corpo do filho além de um pedaço de carne. Mesmo antes da maturação do sistema

visual e do desenvolvimento do olho como órgão, o bebê já é capaz de reconhecer os sinais provenientes do olhar da mãe: os ideais frutos da sua projeção.

A mãe atribui ao recém-nascido sinais de parentesco com ela, da pertença de ambos a uma mesma família e de semelhanças existentes entre os dois. Isso possibilita àquela identificar-se com o filho, reservando-lhe um lugar no seu desejo, ao mesmo tempo em que percebe neste capacidades e características as quais inexitem ou nunca existirão lá.

O infante precisa ter destinado para si este lugar, pois a partir dele é possível perceber a atribuição de uma imagem corporal, uma representação capaz de subverter o real do organismo em algo mais. Dito de outro modo, a primeira noção de integração do corpo é efeito de um reconhecimento primordial no olhar materno, repleto de ideais, que, uma vez tendo se estabelecido, possibilitará ao infante começar a perceber a imagem como algo que lhe diz respeito.

Trata-se do início do processo de identificação com a imagem. Para ter certeza desta, o bebê demanda ao Outro, encarnado no adulto a carregá-lo, a garantia de que aquela imagem é mesmo a sua. É o Outro que atesta, por meio do olhar, o fato de a representação refletida no espelho ser realmente a do próprio infante.

No segundo reconhecimento, há a confirmação do fornecido anteriormente pelo agente materno. Isto se dá, segundo Queiroz (2007, p.67), a partir de um movimento feito em três etapas: “ela [a criança] se conhece no espelho, verifica se o outro atesta a experiência e, num terceiro movimento, ela se reconhece num novo olhar”.

Uma vez olhado de modo integrado, o sujeito passa a se perceber enquanto um ser dotado de um corpo com forma humana. A partir da imagem do outro, uma imagem de si é antecipada para o bebê. Ele se reconhece no reflexo projetado na superfície espelhada, apropriando-se e identificando-se com este.

O reconhecimento inaugural implica diretamente na formação da imagem real – do espelho côncavo – e põe em andamento toda a dialética do estádio do espelho. A imagem especular propriamente dita depende desse reconhecimento prévio. É no olhar fundante do Outro que este se estabelece, permitindo ao infante constituir-se como sujeito munido de uma imagem corporal unificada.

Com efeito, uma vez que o bebê só tem acesso à imagem virtual, o surgimento de uma demanda de confirmação implica o reconhecimento já assegurado naquela imagem, autenticado pelo mesmo Outro que lhe assegura sobre sua existência. Como poderíamos, então, pensar sobre a constituição da imagem corporal nas crianças para as quais o olhar do Outro se encontra ausente? Falaremos a respeito disso adiante.

3.2. Quando o espelho não vem, UM corpo se faz?

Ao buscarmos compreender sobre o papel do olhar do Outro no fracasso da instauração da imagem do corpo, seguiremos, com Laznik (2004), a perspectiva de que no caso do autismo haveria a incidência da visão sobre o bebê, mas não do olhar do Outro, compondo o que pode ser chamado de não-olhar. Trata-se aqui do olhar no sentido da presença, signo do investimento libidinal.

Para elucidar-nos a respeito disso, a autora faz referência a um artigo de Selma Fraiberg, publicado em 1982, sob o título *Pathological Defenses in Infancy*. Nele, a psicanalista americana apresenta a pesquisa realizada a partir do acompanhamento de algumas mães e bebês, na qual fora observada que alguns destes apresentavam uma carência materna, mesmo sem terem disfunções orgânicas e estando sob os cuidados das genitoras.

De acordo com o entendimento proposto por Laznik (2004) da referida pesquisa, esses bebês ainda evitavam o rosto e a voz maternos²⁸. Assim como, apresentavam ausência de qualquer indício da percepção deste rosto ou desta voz, mesmo quando a mãe se encontrava em seu campo visual.

Ainda com base nesse estudo, a autora concluiu que o observado em tais casos admitiria supor aí a existência de uma espécie de hospitalismo²⁹, ao qual denominou de hospitalismo à domicílio ou em casa. Ele se constitui como uma carência materna, configurada a partir de uma situação na qual a mãe ou o substituto exerce os cuidados relativos à satisfação das necessidades do filho, porém não consegue lhe dirigir o olhar.

Nesse sentido, podemos depreender que a presença do Outro só é percebida, de alguma forma, caso os contatos do agente materno com o bebê incluam um olhar repleto de significação psíquica e que se perdure por tempo suficiente para o infante. A importância da interação do cuidador primordial com o infante não se reduz, portanto, à presença ou à ausência física de um ser a responder às necessidades corporais dele. Trata-se, sobretudo, da existência e da manutenção de um investimento libidinal, por parte da mãe, que será o próprio indicador da presença desta como Outro.

²⁸ De acordo com Vorcaro (2014, p. 151), para Jerusalinsky (2012), “a principal especificidade do autismo em relação às psicoses infantis está na elisão do outro no aspecto visual e auditivo, causada pela ruptura da correspondência entre corpo e objeto materno”.

²⁹ Hospitalismo é um termo criado por R. Spitz, para caracterizar atrasos no processo de constituição física e psíquica do bebê, decorrentes de longos períodos de privação do contato com a mãe, em momentos bastante precoces do desenvolvimento.

O modo como essa presença será sentida pelos sujeitos autistas será diferente da maneira como ela se apresentará para aqueles com estruturação neurótica ou psicótica. Trata-se aqui não da presença ou ausência física, como dissemos anteriormente, e sim da alternância entre a ausência e a presença no tocante à atuação da função materna, responsável por estabelecer, psiquicamente, a primeira relação simbólica para o sujeito.

A fim de avançarmos no entendimento a respeito das questões levantadas até o momento, será necessário retomarmos uma perspectiva essencial na teoria freudiana, a de que todo ser humano nasce em uma situação de desamparo, dependente da relação estabelecida com o cuidador primordial.

Apesar dessa inicial semelhança no processo de constituição do sujeito, a neurose e a psicose diferenciam-se, além de outros aspectos, no período de constituição subjetiva³⁰ chamado de separação e, mais precisamente, na forma como as mães realizaram as alternâncias entre as ocasiões nas quais se faziam presentes e aquelas em que se ausentavam.

No primeiro caso, tal alternância é feita gradativamente, gerando o desligamento simbiótico do filho em relação ao agente materno, importante para a constituição do sujeito desejante. Na psicose, esse movimento de alternância não se encontra bem estabelecido. Há um ampliado tempo da simbiose, ou seja, um número elevado de ocasiões nas quais a mãe se fez presente e um reduzido de situações nas quais ela se ausentou. O tempo de ausência, a efetivação da operação de separação, não ocorre apropriadamente.

O (des)encontro com a falta no Outro diferencia-se do neurótico justamente pelo efeito que produz, a supressão da existência de um buraco no Outro. Se, na neurose, trata-se de uma negação à falta do Outro, na psicose, não há o reconhecimento de uma insuficiência qualquer no Outro.

Assim, a presença do Outro é sentida como persecutória, o que aparece representado nas alucinações, frequentemente relatadas pelos psicóticos, de vozes a invadir e de olhares a perseguir. De acordo com Soler (2002):

Para este [o pequeno paranóico], apesar da forclusão, a simbolização primordial da presença-ausência faz surgir o primeiro significante, aquele que Lacan grafa como DM [desejo materno] na metáfora paterna, e que inscreve um Outro já barrado por um desejo ou por um gozo enigmático, ou até persecutório. Quanto ao pequeno autista,

³⁰ Neste momento, não iremos adentrar nas características e distinções da constituição subjetiva no autismo e na psicose, pois a temática fora anteriormente abordada no primeiro capítulo desta dissertação. É importante lembrar, no entanto, que, no caso do autismo, a operação de separação não ocorre, pois há a holófrase do par de significantes primordiais, que impossibilita a emergência de um significante a representar o sujeito. O sujeito neurótico, por outro lado, passou pelas operações de alienação e de separação do Outro, sofrendo a castração simbólica e se constituindo como dividido, faltante.

ele não deu nem mesmo esse passo e, nesse sentido, o Outro, para ele, continua a ser puramente real (p.71).

No caso dos autistas, inexistem sequer o mínimo movimento de alternância comum aos psicóticos. Aonde deveria haver a instauração dos primórdios da relação simbólica, da presença e da ausência materna, há uma significativa lacuna, a da própria presença original do Outro, que aparece representada no não-olhar dos pais, de acordo com Laznik (2004).

A ausência conota uma presença prévia. Só se nega algo anteriormente afirmado. Só se ausenta o que uma vez já se pôs presente. Sem a incidência do olhar do Outro, este não existe para o sujeito, embora *ex-ista* a ele. O outro – semelhante – não encarna a função de representante da dimensão simbólica³¹ para o bebê e, com isso, ainda que ele esteja inserido na linguagem e seja afetado por ela, sua entrada no simbólico fica comprometida.

Embora a criança autista sofra os efeitos da linguagem, ela apenas ensaia sua entrada na operação de alienação³². Para Laznik (2004):

Esta hipótese [de um fracasso do tempo de alienação da constituição do sujeito nos autistas] poderia certamente dar conta do fato que se constata às vezes neles uma linguagem que não se encarna, e que parece depender de uma tomada num Outro simbólico-puro código, sem poder se articular a um Outro real que poderia encarná-lo, sem que exista tampouco no mesmo movimento acesso ao estágio do espelho e à constituição de um eu e à alienação imaginária que esta instância comporta (p.65).

De acordo com a referida autora, a criança ficaria situada no que denominou de alienação real, um momento lógico posterior à alienação imaginária (estádio do espelho), a qual é caracterizada por dar início ao processo de constituição da ilusão de completude. A alienação significativa, no entanto, não chega a efetuar-se de fato,

Diferentemente do que se dá na neurose e na psicose, em que há a subordinação aos significantes provenientes do Outro materno, os autistas, segundo Soler (2007, p.71), “não entram por conta própria na alienação significativa. São capturados nela apenas no nível da fala e dos significantes do Outro”.

Diante disso, Vorcaro (2008) sustenta a compreensão de que:

Ela [a criança autista] é, sem interpolação, ou puro ser vivo, organismo, ou pura máquina significativa. Suas aquisições são reflexas, na medida em que, na maquinação significativa do ventríloquo, nada diz respeito ao funcionamento do corpo tomado pelo

³¹ A respeito disso, aprofundar-nos-emos logo em seguida.

³² Sobre a não entrada do autista na alienação significativa, inexistem consenso entre os autores de matriz lacaniana. Maleval (2012), por exemplo, acredita em uma alienação parcial no autismo. O entendimento apresentado no corpo da dissertação representa, portanto, apenas uma das perspectivas existentes a respeito e com a qual corroboramos.

significante e em suas funções orgânicas, nada diz respeito ao funcionamento significativo (VORCARO, 2008, P.31).

Com efeito, podemos dizer que o não-olhar do Outro dificulta a constituição da relação do infante com o Outro materno, trazendo, inevitavelmente, efeitos sobre o corpo no qual o simbólico também atua (ou deveria atuar). Desse modo, a existência de tal problemática – o não-olhar do Outro – pode vir a culminar no traço característico aos autistas: a dificuldade para estabelecer uma imagem corporal unificada. Afinal, como seria diferente se não há a sustentação de um “olhar-espelho” no qual possam se identificar como detentores de UM corpo?

No *Seminário 10*, A angústia, Lacan (1963-64/2005) fala sobre impasses na constituição do estádio do espelho em bebês tomados por suas mães como um corpo, cômodo ou incômodo, que elas carregavam no ventre. A respeito disso, Laznik (2004, p.56) observa que “certos pais não se deixam enganar por nenhuma *imagem real*, e logo por nenhuma ilusão antecipadora: eles veem o bebê real [...] e sua impossibilidade de antecipar torna impossível que qualquer coisa advenha”

Para esses pais, há uma espécie de cegueira especular. Em lugar de simbolizar a unidade fálica do filho, há um impasse na formação do bebê imaginário. Diante disso, eles veem o filho como um mero objeto real sem as projeções do que ele poderia vir a ser, um organismo apenas dotado de funções e necessidades biológicas, um corpo reduzido à dimensão de pura coisa. Assim, torna-se problemática a vivência de unidade corporal para o infante.

Nesse sentido, quando estamos diante de uma mãe para a qual é impossível ver o bebê aureolado de objetos *a*, podemos supor a existência de uma dificuldade no encontro entre ela e o filho. Há algo que compromete o devido reconhecimento dela naquele serzinho que acabou de nascer. E é isso que parece ocorrer no caso do autismo.

A existência de um desequilíbrio no encontro entre a mãe e o bebê pode se dar devido a alguma questão decorrente da organização subjetiva da mãe, de uma dificuldade situada alhures, durante o processo da constituição psíquica dela, a qual se faz presente na ocasião em que toma um recém-nascido sob seus cuidados.

Podemos considerar, com Jerusalinsky (1984, p.93), que quando “o Real, enquanto corpo do filho, irrompe como uma deformidade que contrasta no horizonte imaginário da mãe, a castração simbólica, que causava seu desejo [...] se torna castração real”. Com efeito, os contatos com o filho, símbolo máximo da castração, são causa de uma espécie de sofrimento semelhante ao corte na própria carne.

A deformidade pode estar real e fisicamente presente no infante ou ser fruto da fantasia materna. Seja qual for o caso, se a mãe não tiver condições de realizar o luto do bebê imaginário, de aceitar as características e os impasses constitutivos do filho, momentos psicóticos³³ podem vir a se configurar.

Ainda segundo o referido autor, momentos psicóticos tratam-se de ocasiões nas quais o casal parental estabelece uma espécie de relação psicótica com o filho, embora não sejam eles mesmos – os cuidadores – psicóticos. São momentos em que boa parte dos significantes destinados ao bebê remetem à frustração, à impossibilidade da mãe ou substituto de lidar com a própria castração.

Quando o autor faz referência à mãe, tanto está fazendo referência ao adulto que desempenha a função materna, quanto ao fato de que esta é exercida, em parte, inconscientemente, estando relacionada à época na qual o agente materno era o infante sob os cuidados de um Outro primordial. Por isso, não cabe aqui qualquer atribuição de culpabilidade.

Retomando a questão do autismo, acreditamos que, frente a ausência do olhar do Outro, a imagem virtual, única a qual o sujeito tem acesso, ficará impossibilitada de advir. A imagem anterior e originária, a *Ur-Bild*, do corpo encontra-se sem consistência, impossibilitando a instauração da imagem especular propriamente dita.

Assim sendo, não há olhar que seja a cortina a servir de véu para o furo da imagem, à incompletude desta, decorrente da incidência do simbólico. O não-olhar remete o sujeito a uma lacuna, um vazio em torno do qual nenhuma representação de corpo pôde se estruturar. A ausência do olhar do Outro põe em destaque a realidade crua do organismo, deixando o sujeito aturdido diante de um buraco sem fundo. Trata-se de um buraco negro aonde inexistente começo, fim ou qualquer demarcação de um limite entre o interno e o externo.

Sem ter uma imagem para assumir como sua, o contorno do próprio corpo não se constitui para o sujeito autista. Inexiste uma borda a lhe organizar e distinguir, apropriadamente, dos objetos e das pessoas ao redor. Diante disso, observamos que:

O corporal não é ego, nem sequer o fragmentado ego corporal do esquizofrênico ou o parasitário do simbiótico, mas tampouco é pura animalidade: atua maciçamente o contrário da identificação, ou seja, fica sempre do lado de fora. Por isso, aparece como surdo ou cego, não o sendo, ou parece não experimentar frio nem dor, apesar de sua sensibilidade estar fisiologicamente intacta. Poderíamos dizer que, em oposição ao conceito de ego corporal, [...] o autista se encontra em estado de não ego (JERUSALINSKY, 1984, p. 88).

³³ Apesar da utilização do termo psicótico, fazemos notar que Jerusalinsky (1984) não está se referindo a formas de cuidados parentais “psicotizantes” em relação à criança, pois, como dissemos anteriormente, o autor considera o autismo como uma quarta estrutura, distinta da psicose.

Consideramos, com Laurent³⁴ (2014), que no caso do autismo haveria uma *neoborda*, distinta de uma borda corporal propriamente dita. Esta pressupõe a existência de limites transponíveis e de um espaço flexível de trocas entre o sujeito e o Outro. A *neoborda*, por sua vez, deve ser entendida como um espaço único de trocas, para além do qual inexistente a possibilidade de relação do sujeito com o outro.

Seguindo essa perspectiva, corroboramos com o entendimento do autor de que a transposição da fragmentação corporal existente nos sujeitos autistas se daria apenas parcialmente, a partir da construção de um *pseudo* envoltório do corpo, uma espécie de carapaça, necessária e, ao mesmo tempo, (re)produtora do fechamento autístico.

Ainda de acordo com o autor:

Esse termo [carapaça] remete ao fato de que um sujeito que não tem envoltório corporal, que não reage à imagem de seu corpo, instalou, em vez do espelho que não funciona, uma neobarreira corporal dentro da qual – ou sob a qual – ele fica totalmente encerrado. A carapaça funciona como uma bolha de proteção para o sujeito. Se ele não tem corpo e, portanto, não tem imagem do corpo, ele tem sua cápsula ou uma bolha muito sólida que lhe permite defender-se das manifestações do Outro que lhe são dirigidas (LAURENT, 2014, p.29).

A ausência da representação de limites do corpo nas pessoas autistas tratar-se-ia “de uma falha no nível do desenvolvimento do pensamento” de acordo com Mahler, afirma Soler (2002, p.73). Para esta autora, no entanto, a falha no estabelecimento das fronteiras do corpo estaria ligada a um impasse na formação de *i(a)*, imagem real, tal como supõe Laznik (2004), a qual aborda a questão pela via de uma relação entre a falha na constituição da imagem e o fracasso do reconhecimento primordial.

É preciso lembrar que é por meio da imagem que o sujeito compõe a organização do espaço e do campo visual. Sem ter uma imagem integrada e integradora na qual se identificar, a relação do corpo próprio com o mundo encontra-se mal arranjada. Quando ela falha, a forma como a realidade será percebida também será prejudicada.

Para Lacan (1953-54/1983):

É, pois, a pura e simples realidade que não se delimita em nada, que não pode ser ainda objeto de nenhuma definição, que não é nem boa nem má, mas ao mesmo tempo caótica e absoluta, original [...] E é aí que a imagem do próprio corpo dá ao sujeito a primeira forma que lhe permite situar o que é e o que não é do eu (p.97).

³⁴ A teoria da *neoborda* de Laurent (2014) mostrou-se importante para o desdobramento da temática central desta dissertação e, por isso, escolhemos fazer uso dela, apesar de não corroborarmos com outras perspectivas do autor no tocante ao autismo.

Ao sequer conseguirem situar, adequadamente, onde começaria e terminaria os limites do corpo, que por vezes nem chega a ser sentido como próprio, como as crianças autistas poderiam distinguir o *eu* do *não-eu*? O dentro e o fora ou o *innenwelt* e o *umwelt* acham-se, deste modo, sem a devida separação.

A diferenciação entre o interno e o externo encontra-se prejudicada, pois a ausência do furo, da inscrição da falta, no sujeito impede a construção da noção de espaço, seja do ambiente, seja do próprio corpo em relação ao meio. A distância entre si mesmo e as coisas do mundo é apagada. Por isso, um objeto localizado a vários metros ou mesmo quilômetros de separação do infante pode ser percebido como lhe sendo próximo.

Com efeito, segundo Soler (2002):

[...] os comportamentos dessas crianças ordenam-se entre dois grandes tipos de estados: por um lado, a hebetude, isto é, estados em que a criança se apresenta como uma massa amorfa, quase como um objeto entre os objetos; por outro, o que eu chamaria de animação do autômato. Não se trata de inércia, mas de uma atividade um tanto particular, incoerente ou mecanizada. [...] Esse caráter mecânico é reforçado por sua ligação muito frequente com uma máquina de verdade (p.73).

Ainda segundo a autora, o funcionamento básico do corpo pode encontrar-se mantido nessas crianças. Elas podem continuar sendo capazes de enxergar, de mastigar e de digerir o alimento, por exemplo. É possível que tudo corra bem no tocante às funções corporais sem representação significativa. A problemática geralmente se instala quando esta também deveria existir, e não advém, ou seja, quando o organismo e o corpo aonde o simbólico deveria atuar estão dissociados.

Em outras palavras, a linguagem atua apenas parcialmente nas funções corporais do ser humano. Outra parte das funcionalidades da massa corpórea só é colocada em andamento, no entanto, a depender do efeito de captura do significante. É, sobretudo, aí que está instalada a problemática dos autistas, a qual faz a animação pulsional sofrer um curto-circuito e as funções psicomotoras serem comprometidas.

Assim, esta problemática – da ausência da relação especular e da formação da imagem corporal – funcionaria como a principal propulsora de outro impasse subjetivo comum ao autista, a não instauração do sujeito da pulsão. Diante de uma formação subjetiva e fisiológica ainda em processo, para que tal enlaçamento bebê-pulsão se estabeleça, de forma apropriada, o trajeto precisa ser feito em três tempos – ativo, reflexivo e passivo.

O circuito é iniciado com a busca, por parte do recém-nascido, de um objeto externo, com vistas à obtenção de satisfação. E passa, em um segundo momento, por uma procura do

prazer no próprio corpo, caracterizando o tempo reflexivo do circuito. Até que, por fim, o infante busca fazer-se objeto do desejo do outro.

No livro *A voz da sereia*, Laznik (2004) propõe que o terceiro tempo do circuito corresponderia ao que ela denominou de alienação real. Ao tempo do circuito pulsional aonde a alienação real se situa, a teoria lacaniana atribui o surgimento de um “novo sujeito”. De acordo com tal perspectiva, ele seria o próprio sujeito da pulsão. Ele adviria somente com o fechamento do circuito, pois é nesta ocasião que a pulsão atinge o seu potencial máximo de ação, fornecendo para o sujeito o acesso à dimensão do Outro.

Em relação ao *ein neues Subjekt* ou “novo sujeito”, Lacan (1963-64/1998) atenta-nos para o fato de que:

É preciso distinguir a volta em circuito de uma pulsão do que aparece - mas também por não aparecer - num terceiro tempo. Isto é, o aparecimento do *ein neues Subjekt* que é preciso entender assim - não que ali já houvesse um, a saber, o sujeito da pulsão, mas que é novo ver aparecer um sujeito. Esse sujeito que é propriamente o outro, aparece no momento em que a pulsão pôde fechar seu curso circular. É somente com a aparição ao nível do outro que pode ser realizado o que é da função da pulsão (p.169).

O surgimento do sujeito da pulsão se dá no terceiro tempo do circuito pulsional, a partir do Outro real. Este será caracterizado ao longo do *Seminário 11* de Lacan (1963-64/1998) como vinha sendo conceituado até então o Outro primordial, ou seja, o outro, encarnado na figura do semelhante, que assume para o infante a função de representante do simbólico.

Sem ter um olhar a refletir uma imagem na qual se reconheça, o bebê em vias de se tornar autista também encontra dificuldades no tocante a qualquer possibilidade de assujeitamento ao Outro. Com efeito, segundo Laznik (2004), o infante não entraria na alienação real, no terceiro tempo do circuito pulsional³⁵, pois não chegaria a fazer-se objeto para o Outro.

Dito de outro modo, é justamente neste último tempo que ocorre um curto-circuito nos bebês com risco de autismo. Eles não buscam estabelecer com os cuidadores uma relação de trocas satisfatórias a ambos, não procuram causar-lhes qualquer prazer ou resposta. De acordo com Crespin (2004):

Para que essas trocas carregadas de prazer compartilhado possam inscrever o terceiro tempo da pulsão, é preciso que o Outro da relação seja capaz ao mesmo tempo de

³⁵ O não fechamento do circuito pulsional é um sinal de risco psíquicos comum em crianças autistas e inexistente nas que posteriormente desenvolverão uma psicose infantil. Sendo assim, é um importante sinal na realização de um diagnóstico diferencial entre tais configurações subjetivas.

investir suficientemente na relação com o bebê – o que uma mãe sobrecarregada ou um cuidador anônimo não podem fazer, – e capaz de aceitar os limites que o bebê lhe impõe – o que uma mãe intrusiva ou cuidador às voltas com uma tarefa não sabem fazer (p.51).

Laznik (2004) considera necessária ainda a existência do “manhês”³⁶, a fim de que o bebê olhe para a mãe. O encanto produzido pela melodia da voz dela é capaz de capturar o olhar do infante, tal como a sereia atrai os marinheiros, e fazer com que o rosto materno seja por este buscado.

Em situações nas quais o “manhês” está presente, o bebê se vê como objeto do olhar do Outro, ao mesmo tempo em que se percebe como desejável para este. Com efeito, o infante procura se fazer objeto desse olhar e, em um momento posterior, configura-se entre ele e o agente materno uma troca de olhares que suscita satisfação em ambos, crucial para o estabelecimento de um vínculo entre eles. Esse não é o caso do autismo.

Dito isso, retomemos a questão do não fechamento do circuito pulsional e de suas implicações para o processo de construção do psiquismo. Relembremos, primeiramente, algo que dissemos algumas páginas atrás, o fato de que, quando ocorre uma falha no estabelecimento da etapa de alienação, como no caso do infante autista, o processo de constituição da imagem corporal integrada fica comprometido.

É importante retomarmos isso para que possamos abordar outro aspecto existente no autismo, o fato de que diante de um fracasso no estabelecimento da operação de alienação no bebê, não há Outro, e, assim, este não se constitui como uma fonte de demanda. Com efeito, há uma falha no ordenamento das pulsões e a demanda própria do sujeito não comparece.

Por isso, para o autista, o olhar encontra-se fora do circuito da demanda. A dimensão do apelo direcionada ao outro, que encarna o Outro, encontra-se “foraclusa”. Podemos observar isso no fato de ser pouco frequente às crianças autistas o ato de olhar e de apontar para o objeto de seu interesse, com vistas a que este lhe seja conferido por um adulto próximo.

Não se trata de uma dificuldade no âmbito da visão, da capacidade de enxergar, pois ela está normalmente preservada nessas crianças. O que está em questão é a impossibilidade de olhar ou de manter o olhar, de utilizar-se da visão como uma ferramenta de comunicação, de estabelecimento de um vínculo com o outro.

Para os bebês saudáveis, esse direcionamento do olhar se faz presente já nos primeiros momentos após o nascimento. Podemos considerar, com Crespín (2004), que são os bebês em

³⁶ Trata-se de uma entonação particular da voz, com importantes picos prosódicos, e normalmente utilizada pela mãe (ou substituto) quando se dirige ao filho.

sofrimento psíquico os quais apresentam uma vacilação prolongada do olhar, uma não fixação do olhar. Ela se apresenta comumente de duas formas: pelo olhar no teto e pelo agarramento do olhar.

Na primeira situação, sequer parece existir algum sinal de percepção do outro pelo infante, deixando clara a hipótese de algum impasse constitutivo. No caso do agarramento, há a fixação do olhar em um ponto luminoso. Esta situação pode levar a uma conclusão equivocada de que o olhar encontra-se estabelecido, quando, na realidade, há apenas uma tentativa de o sujeito se ligar ao Outro.

Além disso, precisamos notar que a ausência do olhar do Outro reafirma para o sujeito a ausência da própria imagem, fazendo-o confrontar-se com uma falta, a qual não é nem velada nem estruturante. E que é em parte por isso que a criança recusa ao chamamento do Outro. Não é sem razão, portanto, o evitamento³⁷, a recusa ativa, de tudo o que advém do Outro, como uma forma de defesa frequentemente utilizada pelas crianças autistas.

Fernandes (2000) observa que:

É comum aos relatos dos pais dos autistas, as referências a um olhar, de parte destes bebês, que se fixa nas vestes, nos objetos ou, ainda, um movimento habitual a estas crianças de se contorcerem, quando no colo da mãe, até se perderem, intencionalmente do olhar desta. Tais comportamentos contrastam de forma muito contundente com a experiência descrita por Lacan no estádio do espelho. Da criança que se estica [...] para alcançar sua imagem no espelho (p.98).

Ao mesmo tempo, é comum a existência de barreiras no processo de maturação do olho, tal como o estrabismo, nos bebês com risco de desenvolverem autismo. Assim como, o posterior desaparecimento desses impasses no desenvolvimento ocular diante de um avanço no tratamento terapêutico empreendido.

Apesar de ser um sinal clínico comum aos bebês em risco de se tornarem autistas, não é apenas nesse caso que nos encontramos diante de crianças que desde pequeninas desviam o olhar de suas mães. É possível que, quando estas forem depressivas ou psicóticas, por exemplo, haja alguma coisa em seus rostos que os filhos sintam como algo a ser evitado.

Neste ponto podemos diferenciar o evitamento do olhar comum a outras formas de estruturação psíquica e o presente nas crianças autistas. Para estas, segundo Crespín (2004, p.60), há um evitamento generalizado do rosto humano, “que leva ao não reconhecimento da imagem de si no espelho”.

³⁷ Para Crespín (2004, p.60), o “evitamento não traduz uma ausência de olhar, mas uma recusa de olhar [...] e constitui uma forma de defesa para o bebê confrontado a algo difícil no olhar – ou na ausência de olhar – que sua mãe lhe dirige”.

O evitamento se dá também, pois o olhar conota a dimensão da imprevisibilidade. A fim de lidar com esta, apropriadamente, seria necessário que o sujeito estivesse alienado à dimensão significativa, sendo capaz de perceber a presença do Outro. Como isso não ocorre no autismo, qualquer possibilidade de troca com o Outro deve ser evitada a todo custo. Para isso, essas crianças assumem atitudes ritualísticas, por meio da manutenção de uma espécie de homeostasia, a fim de que o Outro “não se mexa”.

A constante necessidade de conservação do mesmo parece estar vinculada à própria manutenção da estabilidade do sujeito, visto como o movimento de alternância entre a presença e a ausência do Outro requer a constituição de estruturas psíquicas inexistentes nesse caso. Assim sendo, “quando ocorre uma mexida, sobrevém a crise. Quando alguma coisa do mundo já não está em seu lugar, a ordem do mundo fica imediatamente abalada. O mundo acaba se confundindo com a ordem do mundo”, afirma Laurent (2014, p.19).

Por fim, é necessário ressaltar que a ausência de responsividade do olhar estruturar-se-á em um momento posterior ao nascimento. Ao longo do primeiro ano de vida, entretanto, é comum que ainda haja uma alternância entre momentos de abertura e de fechamento ao outro, de um olhar e de uma recusa a ele. É quando esta janela não pode ser percebida ou investida que a “psicopatologia autística” encontra sua morada e a constituição da imagem integrada do corpo fracassa.

Diante do exposto, podemos depreender que a problemática frequentemente apresentada pelas crianças autistas quanto ao desenvolvimento do corpo pode estar ligada à forma como se dá para elas a subjetivação da imagem especular e, por conseguinte, da imagem corporal. Ao mesmo tempo, consideramos a relação entre o orgânico e o psíquico como um caminho, uma via, de mão dupla na qual o olhar tem uma significativa importância, a fim de que a “viagem” de ida e volta, o circuito pulsional completo, seja feita(o) sem acidentes no percurso da constituição psíquica e da maturação do organismo.

Nesse sentido, acreditamos que a ausência do olhar do Outro pode implicar em uma profunda dificuldade no processo de constituição psíquica, especialmente no tocante à construção da imagem corporal. Assim como, os efeitos decorrentes de tal falha poderão atingir ao organismo sem a necessidade de um déficit preexistente no seu funcionamento.

Notemos, no entanto, que o fato de uma criança não olhar diretamente para a mãe, genitora, não se constitui como sinal da absoluta ausência do Outro Primordial. Pode ser que tal lugar tenha sido efetivamente ocupado por um outro que assumiu, aos olhos do infante, a função de representante da dimensão simbólica e, com isso, o olhar se faz presente na relação entre a criança e o seu Outro.

Ao mesmo tempo, ainda que essa problemática – a intrincada troca de olhares entre uma mãe e seu filho – venha a se configurar, não se encontra aí a garantia da instalação de um autismo propriamente dito. Mesmo que isto venha a indicar, frequentemente, a existência de uma dificuldade no estabelecimento da relação do sujeito com o semelhante, o risco de um bebê se tornar autista também depende de fatores outros como o não fechamento do circuito pulsional e a presença de disfunções orgânicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, partimos da perspectiva lacaniana de que a constituição da imagem corporal se dá ao longo do estágio do espelho, entre os seis e os dezoito meses de vida, a partir da relação primordial estabelecida entre o bebê e o adulto, o qual exerce a função do Outro para ele.

Por intermédio dos significantes provenientes deste, um lugar a ocupar é designado para o *infans*. Ele traz a possibilidade mesma da formação de uma imagem especular com a qual o bebê pode se identificar, realizando uma distinção progressiva de si mesmo em relação ao mundo ao redor. A partir disso, começa a se estruturar para ele a realidade e a própria subjetividade.

A dinâmica de ser olhado e os efeitos dela provenientes só podem acontecer, no entanto, caso a instalação do processo da alienação do infante na *imago* não esteja comprometida. No caso da criança autista, no entanto, encontramos uma falha no estabelecimento da relação simbiótica ou especular com a mãe. A passagem pelo estágio do espelho, pela etapa de alienação, parece não ocorrer de forma apropriada. Para compreendermos a respeito disso, decidimos considerar o papel “funda-mental” desempenhado pelo olhar do Outro.

Na pesquisa bibliográfica realizada, notamos que o olhar do Outro possui, dentre outras, a função de capturar o interesse da criança para a inter-relação e de sustentar para ela uma imagem integrada, especialmente quando aquela ainda não consegue perceber ao próprio corpo como UM. Diante disso, a ausência do olhar do Outro contribui significativamente para a ausência de uma imagem especular integrada na qual o bebê possa se reconhecer.

No caso dos autistas, seguimos a perspectiva de que o olhar do Outro encontra-se ausente. Com efeito, acreditamos que haveria uma falha na formação de uma borda corporal capaz de realizar uma efetiva separação entre o corpo do infante e o meio, entre o sujeito e os outros. Inexiste uma fronteira a delimitar o continente e o conteúdo para tais sujeitos. Problemática que, por sua vez, gera uma profunda dificuldade no modo como qualquer tipo de alteridade será experimentada.

Ao mesmo tempo, acreditamos que essa situação de desequilíbrio do encontro do agente materno com o filho pode se configurar tanto diante de uma impossibilidade da mãe para sustentar a função simbólica, quanto no caso de uma dificuldade previamente existente no infante, das condições da criança para se apropriar do registro simbólico.

Notemos que a presença física e o olhar do agente materno, ainda que sejam importantes, não fundam, por si só, uma relação especular com o bebê. Para que ela seja estabelecida, o investimento libidinal precisa se fazer presente, tanto por meio do “olhar-espelho”, quanto por uma presença que vai além do cuidado no tocante à satisfação das necessidades.

Por outro lado, embora possa haver um desvio do olhar por parte do bebê em relação à mãe, genitora, esta não seria a causa da não instauração da relação especular. O importante para esta se estabelecer, é que haja algum outro para ocupar o lugar de Outro Primordial. O pai, a avó, o tio, ou quem quer que assuma esse papel, deve ser responsável por sustentar, para a criança, um olhar que reconhece nela um sujeito a advir. Ao lhe direcionar não apenas um par de olhos, mas, sobretudo, um olhar detentor de uma função antecipatória, possibilitar-lhe-á integrar os pedaços de um corpo inicialmente fragmentado.

Assim, o olhar do Outro é responsável por deixar importantes marcas subjetivas, as quais são necessárias para a constituição da imagem corporal e, principalmente, do próprio sujeito. Especialmente diante da relevância dessa descoberta lacaniana, ressaltamos a importância de que a clínica psicanalítica vá além da escuta, incluindo também a detecção de sinais de risco psíquico de autismo, a partir de uma observação minuciosa e criteriosa dos movimentos do bebê na relação com o Outro. Dentre eles, a ausência da troca de olhares entre a mãe e o bebê e o não fechamento do circuito pulsional, que não avança aí para além de um autoerotismo, pois a criança autista não chegar a se fazer objeto para o Outro.

A busca pelo aprofundamento nas temáticas referidas encontra-se no intuito de a presente pesquisa poder ser utilizada para uma articulação entre a teoria e a clínica, servindo tanto de subsídio para os atendimentos realizados com bebês em risco psíquico, como enquanto meio para o aumento do conhecimento a respeito do tema, a fim de haver uma redução da quantidade desses infantes sem atendimento apropriado.

Este trabalho tem, ainda, como objetivo maior, servir de orientação à prática de psicólogos e demais pessoas envolvidas em trabalhos com bebês em risco psíquico, a fim de que os atendimentos ou os encaminhamentos possam ser feitos o mais precocemente possível. Fator esse significativo para que o acompanhamento médico e psicológico precoce possa existir e atuar, ocasionando, no melhor dos casos, uma diminuição dos impasses subjetivos, bem como dos déficits orgânicos e motores, antes da instalação ou cronificação desses.

Acreditamos que, frente a ampliação de tal compreensão pelos profissionais, poderá advir não só uma melhora do aspecto qualitativo, mas também do quantitativo envolvido nos atendimentos e nos encaminhamentos desses infantes, bem como dos seus pais, para acompanhamento psicoterapêutico e assistencial, quando for o caso. Algo que se faz

proeminente ante ao fato de os psicólogos não são os únicos e, geralmente, também não são os primeiros a atender aos bebês em risco psíquico e seus familiares.

Além disso, diante do entendimento do autismo em um de seus aspectos subjetivos, essa produção textual visa contribuir à reflexão sobre o posicionamento clínico dos analistas e profissionais da saúde mental a respeito do tema. Fator necessário à problematização da desconexão entre o corpo e a subjetividade, bem como na subjugação desta, a qual vem sendo fomentada com o crescimento das neurociências, especialmente no tocante ao autismo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Psiquiátrica Americana (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. rev. (DSM V). Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO Psiquiátrica Americana (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4. ed. rev. (DSM-IV-TM). Porto Alegre: Artmed, 1994.

ASSOCIAÇÃO Psiquiátrica Americana (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 3. ed. rev. (DSM III-R). São Paulo: Manole, 1989.

ASSOUN, P.L. **O olhar e a voz:** lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

Azevedo, F. C. **Autismo e psicanálise:** o lugar possível do analista na direção do tratamento. Curitiba: Juruá, 2009.

CABASSU, G. A boneca sem rosto. In: LAZNIK-PENOT, M. C. (Org.). **O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas.** Salvador: Ágalma, 1998. p. 60-76.

CAVALCANTI, A. E. & ROCHA, P. S. **Autismo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

CID-10 – Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes. Geneva: World Health Organization. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

CRESPIN, G. **A clínica precoce:** o nascimento do humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DOR, J. **Introdução à Leitura de Lacan:** o inconsciente estruturado como linguagem. 2ª reimpressão, 1989. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

FERNANDES, L. **O Olhar do Engano:** o autismo e o Outro primordial. São Paulo: Escuta, 2000.

FINK, B. **O sujeito lacaniano:** entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FREUD, S. (1932-36) **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. In_____ **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GONTIJO, R. **Autismo**: da concepção deficitária ao retorno de gozo. 2008. 91p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JERUSALINSKY, A (org.). **Dossiê Autismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2015.

JERUSALINSKY, A. Um autista merece a chance de se constituir como sujeito. **SIG - revista de psicanálise**. Porto Alegre, v. 1, p.103-113, ago. 2012.

JERUSALINSKY, A. Psicose e autismo na infância: Uma questão de linguagem. In: Psicose. **Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre, n. 9, ano IV, p. 62-80, nov. 1993.

JERUSALINSKY, A. **Psicanálise do Autismo**. Porto Alegre: Artes Médicas Ed., 1984.

JULIEN, P. **O Retorno a Freud de Jacques Lacan**: a aplicação do espelho. Porto Alegre: Artes Médicas Ed., 1993.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, Baltimore, v. 2, p. 217-250, 1943.

KAUFMANN, P. **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise – O Legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. (1946) O estágio do espelho como formador da função do eu. In:_____ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. (1948) A agressividade em Psicanálise. In:_____ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. (1961) Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: _____ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. (1953-1954). **O Seminário – Livro 1: Os Escritos Técnicos De Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1983.

LACAN, J. (1954-55). **O Seminário – Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LACAN, J. (1957-58). **O Seminário – Livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LACAN, J. (1962-63). **O Seminário – Livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LACAN, J. (1963-64). **O Seminário – Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. (1964). **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LAURENT, E. O que nos ensinam os autistas. In: Calmon, A.; Murta, A.; Rosa, M. (Org.). **Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana**. Belo Horizonte: Scriptum, 2012. p. 17-44.

LAURENT, E. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014.

LAZNIK, M.C. **A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito**. Salvador: Ágalma, 2004.

LAZNIK, M.C (org.) (1991). **O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas**. Salvador: Ágalma, 1998.

LAZNIK, M.C. **Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise**. São Paulo: Escuta, 1997.

LERNER, ROGÉRIO & KUPFER, MARIA CRISTINA MACHADO (orgs.). **Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa**. São Paulo: Escuta-FAPESP, 2008.

LINDBERG, D. C. **Theories of vision from Al-Kindi to Kepler**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1976

MALEVAL, J.-C. Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas. In: Calmon, A.; Murta, A.; Rosa, M. (Org.). **Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana**. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

NASIO, J.-D. (1987) **Os olhos de Laura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

NASIO, J.-D. **Meu corpo e suas imagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

NASIO, J.-D. **O olhar em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

OGILVIE, B. **Lacan: a formação do conceito de sujeito**. 2ª edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

QUEIROZ, E. **A trama do olhar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

QUEIROZ, T. **Do desmame ao sujeito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

QUINET, A (1951). **Os Outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.

QUINET, A (1951). **Um olhar a mais: ver e ser visto em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

ROUDINESCO, E. **Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ROUDINESCO, E. **A Análise e o Arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SALES, L. Posição do Estágio do Espelho na Teoria Lacaniana do Imaginário. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**. Niterói, v. 17, n. 1, p. 113-127, Jan./Jun. 2005.

SANTORO, I. **Espelho, espelho meu**: a psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves. Salvador: Ágalma, 2008.

SOLER, C. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

STEFAN, D. Autismo e Psicose. In: LAZNIK-PENOT, M. C. (Org.). **O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas**. Salvador: Ágalma, 1998. p. 15-29.

TOSSATO, C. R. A função do olho humano na óptica do final do século XVI. **Scientiae Studia**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 415-441, set. 2005. ISSN 2316-8994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11044>>.

VORCARO, A. & POZZATO, V. Aproximações e distinções entre os autismos e as psicoses em crianças: condições de alienação à linguagem. **Revista de Psicanálise Analytica**, v. 3, n. 5, p. 137-156, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/analytica/article/viewFile/615/611>>.

VORCARO, A. & LUCERO, A. Entre real, simbólico e imaginário: leituras do autismo. **Revista de Psicologia Argumento**, v. 28, n. 61, p. 147-157, abr./jun. 2010. ISSN 0103-7013. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=3562&dd99=pdf>.

VORCARO, A. A angústia nos autismos e nas psicoses da infância. **Reverso**, Belo Horizonte, v.30, n.56, out.2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952008000200003&lng=pt&nrm=iso>.

VORCARO, A. Apresentação. In: BERNARDINO, L. **As psicoses não decididas na infância: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 11-16 (Coleção Primeira Infância).

WANDERLEY, Daniele. **Aventuras psicanalíticas com crianças autistas e seus pais**. 2. ed. Salvador: Ágalma, 2013.

WANDERLEY, Daniele (Org.). **Palavras em torno do berço**: intervenções precoces bebê e família. 2. ed. Salvador: Ágalma, 1997.

